

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Relatório
Formict 2013

An abstract graphic design consisting of numerous overlapping, semi-transparent rectangular outlines of various sizes and orientations, creating a sense of depth and complexity. The rectangles are drawn with thin black lines and are scattered across the page, with some appearing more prominent than others.

POLÍTICA DE
PROPRIEDADE INTELECTUAL
DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E
TECNOLÓGICAS DO BRASIL

2014

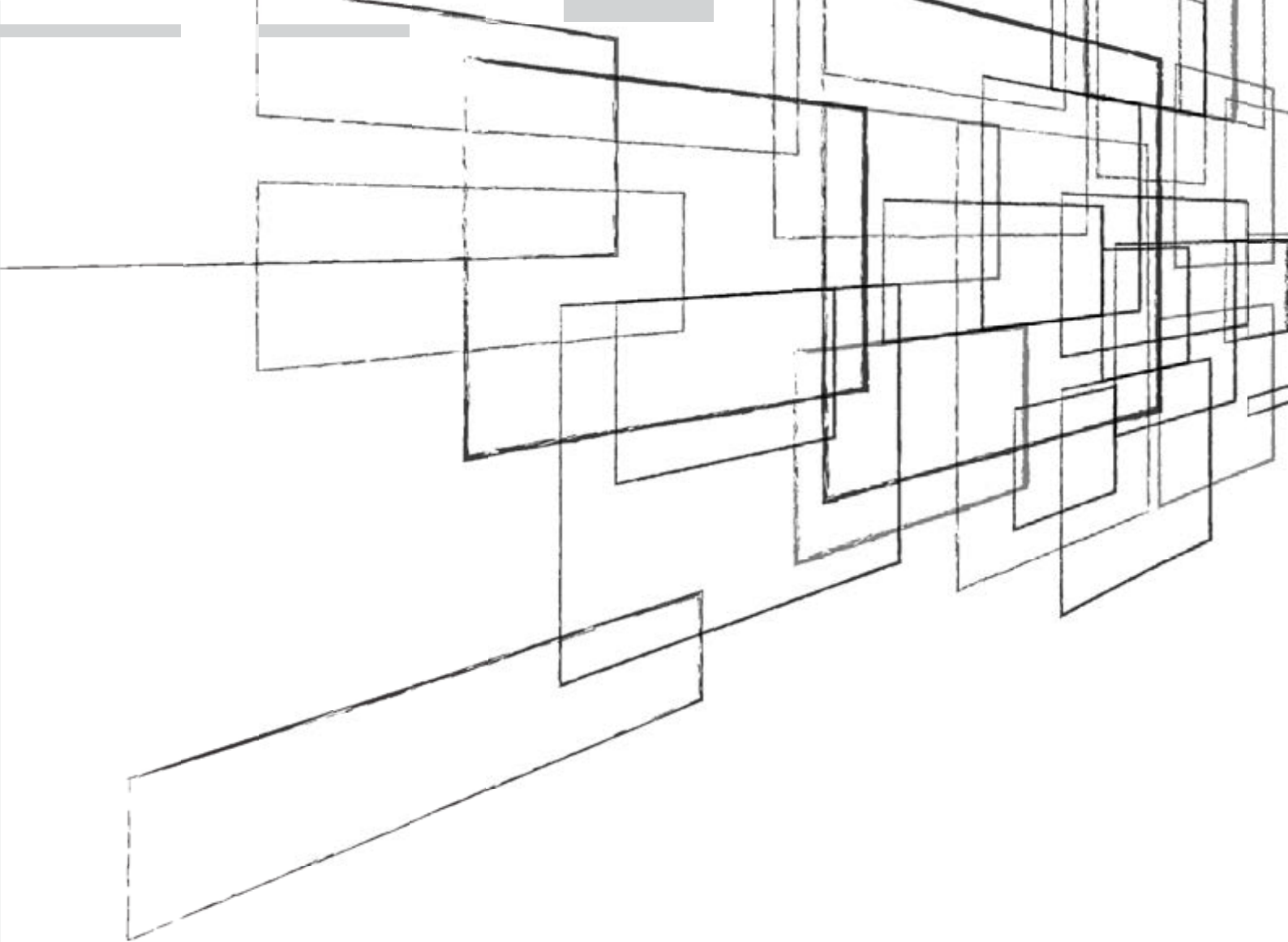
Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil

Brasília, 2014

© MINISTÉRIO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
PERMITIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL, POR QUALQUER MEIO, SE CITADA A FONTE.

ENDEREÇO:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MCTI)
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO E, 3º ANDAR, SALA 373
TELEFONE (61) 2033-7809
CEP: 70067-900, BRASÍLIA – DF, BRASIL



POLÍTICA DE
PROPRIEDADE INTELECTUAL
DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E
TECNOLÓGICAS DO BRASIL

BRASÍLIA - 2014

Tabelas

- TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR NATUREZA JURÍDICA
- TABELA 2 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR PERFIL
- TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
- TABELA 4 – IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
- TABELA 5 – COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO NIT POR SITUAÇÃO FUNCIONAL
- TABELA 6 – COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS DO NIT POR FORMAÇÃO PROFISSIONAL
- TABELA 7 – QUANTIDADE DE ICT COM PEDIDO DE PROTEÇÃO NO ANO-BASE 2013
- TABELA 8 – PROTEÇÕES REQUERIDAS X INSTITUIÇÃO SOLICITANTE X PAÍS
- TABELA 9 – PROTEÇÕES CONCEDIDAS X INSTITUIÇÃO SOLICITANTE X PAÍS
- TABELA 10 – TIPOS DE PEDIDOS DE PROTEÇÃO REQUERIDOS
- TABELA 11 – TIPOS DE PROTEÇÕES REQUERIDAS X SETOR ECONÔMICO
- TABELA 12 – TIPOS DE PROTEÇÕES CONCEDIDAS X SETOR ECONÔMICO
- TABELA 13 – COTITULARIDADE DAS PROTEÇÕES
- TABELA 14 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA POR OBJETO
- TABELA 15 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA POR EXCLUSIVIDADE
- TABELA 16 – DISTRIBUIÇÃO DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA POR OBJETO, MONTANTE E REGIÃO
- TABELA 17 – RENDIMENTOS DOS CONTRATOS E GASTOS COM PROPRIEDADE INTELECTUAL EM 2013

Gráficos

- GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
- GRÁFICO 2 – ATIVIDADES DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
- GRÁFICO 3 – ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NIT DAS ICT PÚBLICAS
- GRÁFICO 4 – ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NIT DAS ICT PÚBLICAS E PRIVADAS
- GRÁFICO 5 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES COM NIT EM IMPLEMENTAÇÃO E NÃO IMPLEMENTADO
- GRÁFICO 6 – COMPARTILHAMENTO DO NIT
- GRÁFICO 7 – IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DOS NIT
- GRÁFICO 8 – IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS NIT
- GRÁFICO 9 – PERFIL DAS ICT COM PEDIDO DE PROTEÇÃO NO ANO BASE 2013
- GRÁFICO 10 – ÍNDICE DE PROTEÇÃO POR TIPO DE INSTITUIÇÃO
- GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS PROTEÇÕES REQUERIDAS NO SETOR INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
- GRÁFICO 12 – QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
- GRÁFICO 13 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM CONTRATO DE TECNOLOGIA
- GRÁFICO 14 – MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA FIRMADOS EM 2013
- GRÁFICO 15 – COMPARATIVO DO QUANTITATIVO DE ICT QUE RESPONDERAM O FORMICT
- GRÁFICO 16 – COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
- GRÁFICO 17 – COMPARATIVO DO ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NIT
- GRÁFICO 18 – COMPARATIVO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
- GRÁFICO 19 – COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES COM PEDIDO DE PROTEÇÃO
- GRÁFICO 20 – COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PEDIDOS DE PROTEÇÃO
- GRÁFICO 21 – COMPARATIVO DO MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA

Figuras

- FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR ESTADO

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. CARACTERÍSTICAS DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS.....	08
3. POLÍTICA DE INOVAÇÃO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA.....	11
4. NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	13
4.1 Estágio de Implementação do NIT.....	14
4.2 Compartilhamento do NIT.....	16
4.3 Recursos Humanos do NIT.....	18
4.4 Atividades do NIT.....	19
5. PROTEÇÕES DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.....	22
5.1 Instituições com Pedidos de Proteção.....	23
5.2 Análise dos Pedidos de Proteção.....	25
6. CONTRATOS DE TECNOLOGIA.....	31
6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia.....	32
6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia.....	33
6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia.....	37
7. ANÁLISE COMPARATIVA 2010/2011/2012/2013.....	39
8. CONCLUSÃO.....	44
9. APÊNDICE.....	46



1 Introdução

Este relatório tem como objetivo apresentar os dados consolidados relativos ao ano base 2013 fornecidos pelas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das Instituições Científicas e Tecnológicas do Brasil (Formict).

O formulário eletrônico, disponível na página www.mcti.gov.br/formict, deve ser preenchido anualmente pelas ICT por determinação da Lei 10.973 de 02 de dezembro de 2004 (Lei de Inovação), que estabelece no artigo 17 que as ICT deverão enviar ao MCTI informações sobre sua política de propriedade intelectual, criações desenvolvidas, proteções requeridas e concedidas e contratos de licenciamento ou transferência de tecnologia firmados. Em 2014, o formulário esteve disponível para preenchimento de 15/01/2014 a 07/04/2014.

Para fins da Lei de Inovação, são consideradas ICT os órgãos ou entidades da administração pública que tenham por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico. Embora não exista obrigatoriedade na Lei de Inovação para que instituições privadas apresentem informações, o cadastro voluntário por estas instituições integra a base de dados do MCTI e faz parte deste relatório.

No ano base 2013, o formulário foi preenchido por 261 instituições. A Figura 1 apresenta a sigla das instituições que preencheram o Formict e os seus respectivos estados. A lista nominal destas instituições encontra-se no Apêndice.

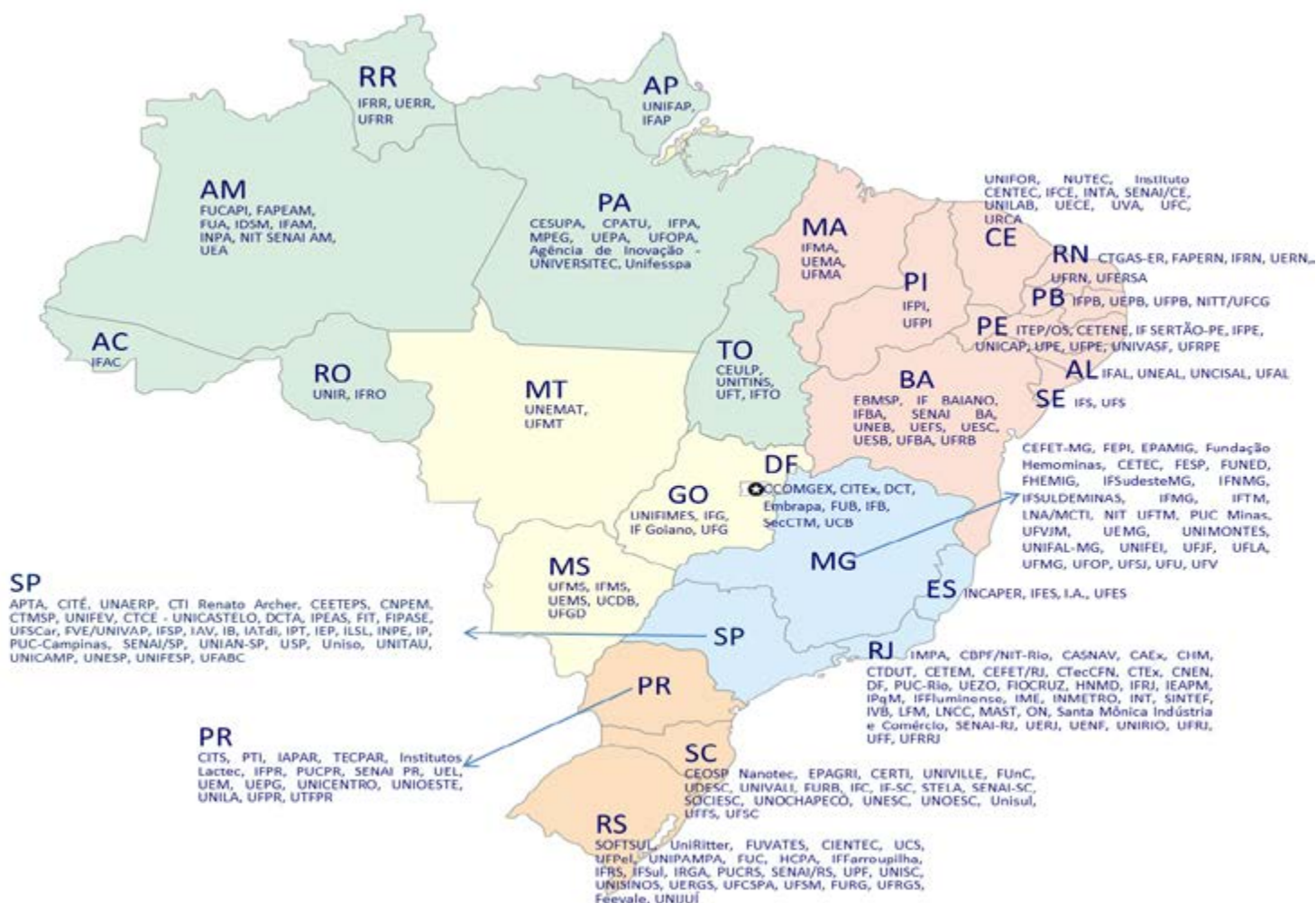
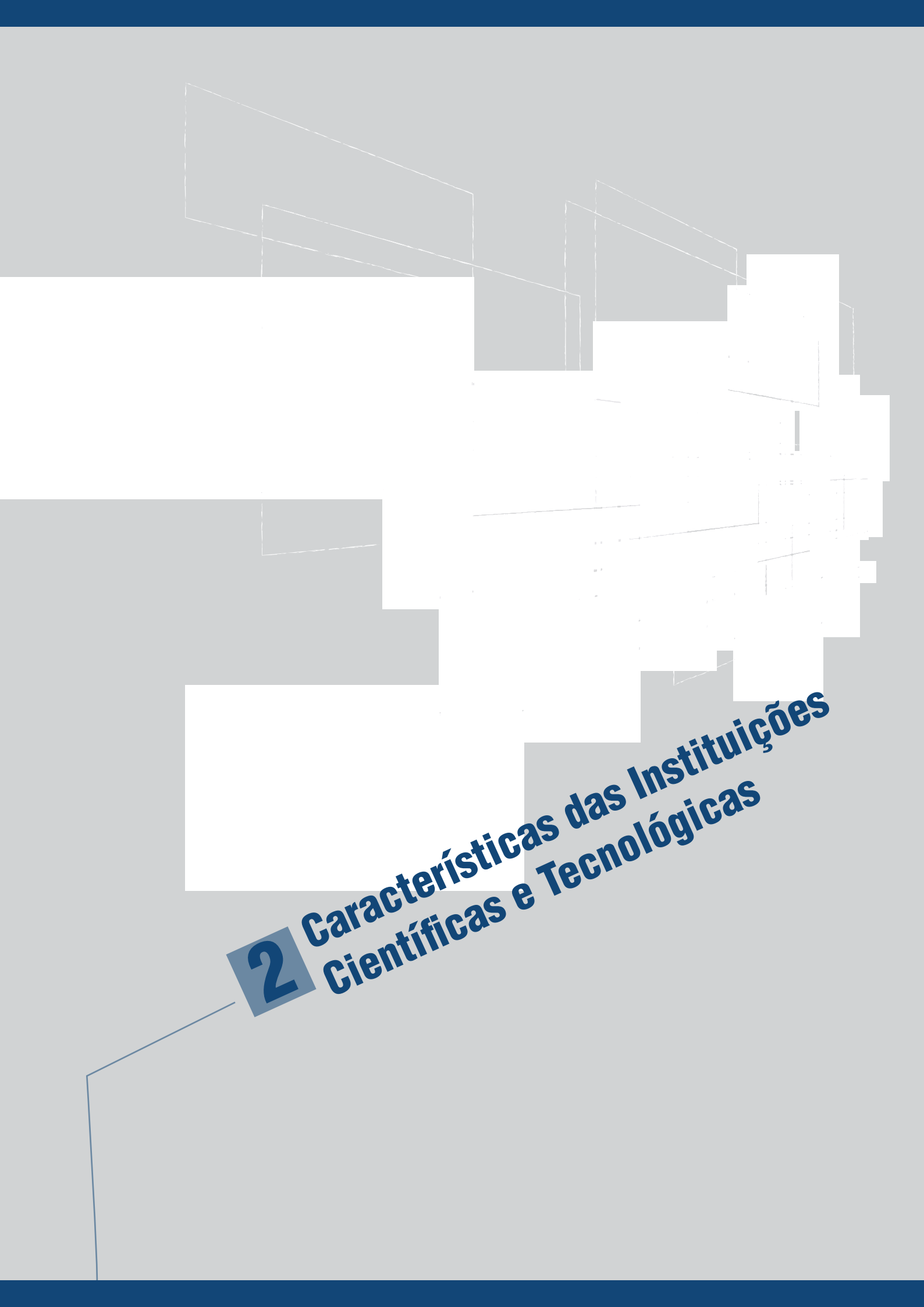


FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR ESTADO
FONTE: FORMICT/MCTI



2 Características das Instituições Científicas e Tecnológicas

Das 261 instituições que preencheram o Formict, 194 apresentaram-se como instituições públicas e 67 como instituições privadas. No que diz respeito à natureza das instituições, verificou-se que 50,9% correspondem ao nível federal. Já as instituições em nível estadual correspondem a 21,1%, enquanto as instituições em nível municipal apenas 2,3%, conforme ilustra a Tabela 1. Sendo assim, o total de instituições públicas foi de 74,3% e o de instituições privadas, 25,7%.

Tabela 1 - Distribuição de ICT por natureza jurídica

Natureza da Instituição	Quantidade	%
Privada	67	25,7
Pública	194	74,3
Federal	133	50,9
Estadual	55	21,1
Municipal	6	2,3

Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação aos perfis de ICT que preencheram o formulário, verificou-se que as Universidades Federais apresentaram o maior quantitativo dentre as instituições (22,2%), seguidas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (14,2%), pelas Instituições de Ensino Superior Estaduais (11,5%) e pelos Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos (10,7%). As demais instituições apresentam percentuais inferiores a 10%.

Tabela 2 - Distribuição de ICT por perfil

Perfil	Quantidade	%
Universidades Federais	58	22,2
Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia	37	14,2
Instituições de Ensino Superior Estaduais	30	11,5
Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos	28	10,7
Universidades e Centros Universitários Comunitários	19	7,3
Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados	17	6,5
Fundações de Direito Público ou Privado	15	5,7
Universidades e Centros Universitários Privados	12	4,6
Unidades de Pesquisa do MCTI	12	4,6
Centro de Educação Tecnológica	3	1,1
Outros possíveis	30	11,5
TOTAL	261	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Fazendo um comparativo das instituições por região, verificou-se que 40,7% das instituições públicas informaram sua localização na região Sudeste, enquanto 21,7% informaram a região Nordeste e 17,0% informaram a região Sul. Localizadas na região Centro-Oeste e Norte, apenas 8,8% e 11,9% respectivamente.

Em relação às instituições privadas, diferentemente das públicas, um número significativo informou sua localização na região Sul, correspondendo a 40,3%, já as localizadas na região Sudeste correspondem a 35,8%, na região Nordeste a 13,4% e na região Norte 7,5% e na região Centro-Oeste a 3,0%, conforme demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Distribuição de ICT por região					
Região	Pública	%	Privada	%	
Sudeste	79	40,7	24	35,8	
Sul	33	17,0	27	40,3	
Centro-Oeste	17	8,8	2	3,0	
Norte	23	11,9	5	7,5	
Nordeste	42	21,7	9	13,4	
TOTAL	194	100	67	100	

Fonte: FORMICT/MCTI

No gráfico 1, abaixo, é possível conferir o comparativo da distribuição de ICT entre as regiões, considerando instituições públicas e privadas.

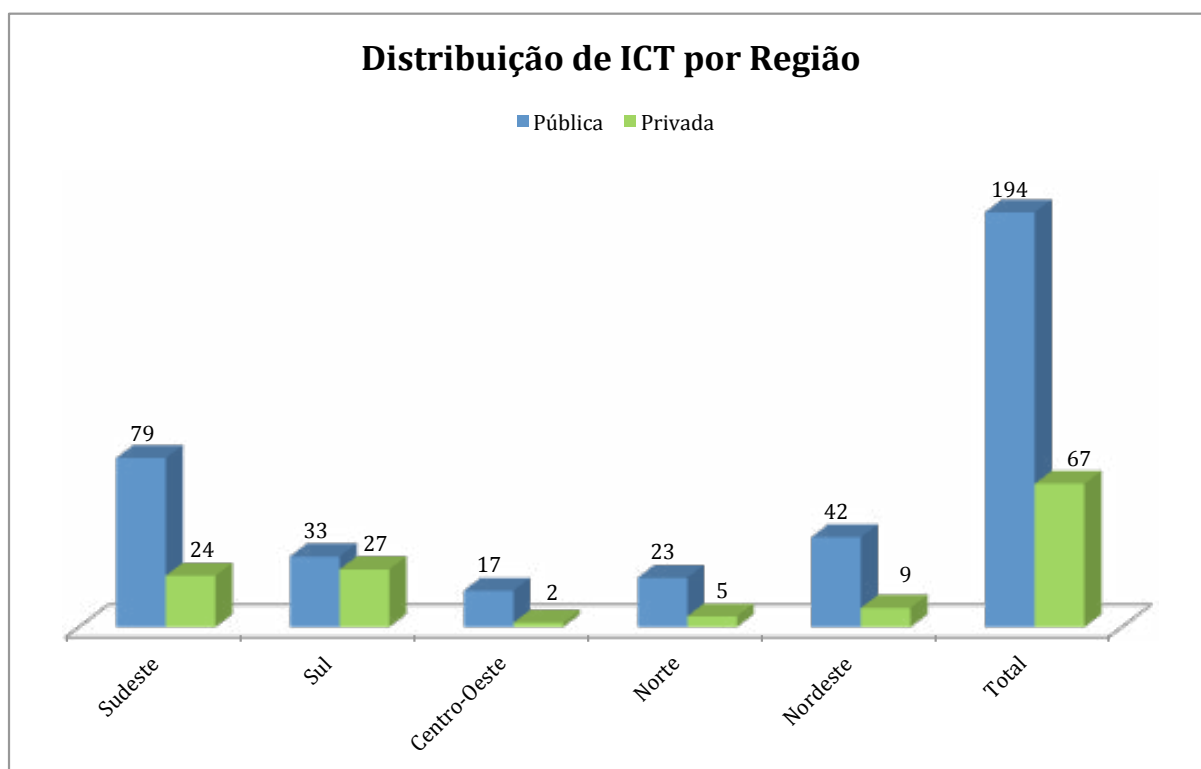


GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
 FONTE: FORMICT/MCTI



3 Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

No que diz respeito à existência de uma política da inovação, ou seja, documentos formais com diretrizes gerais que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação, à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, 68,6% das instituições públicas e 71,6% das instituições privadas informaram que detêm uma política de inovação implementada.

Tabela 4 - Implementação da política de inovação

Política de Inovação Implementada	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	133	68,6	48	71,6	181	69,4
Não	61	31,4	19	28,4	80	30,7
TOTAL	194	100	67	100	261	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Por parte das instituições que informaram possuir a política de inovação implementada, verificou-se que *Confidencialidade*, *Desenvolvimento de projetos de cooperação com terceiros* e *Acordos de Parcerias* foram as atividades que tiveram maior incidência na política de inovação das instituições. As atividades que tiveram menor incidência foram *Licença sem remuneração para o pesquisador constituir empresa*, *Afastamento para prestar colaboração a outra ICT* e *Cessão de direitos sobre a criação para que o criador os exerça em seu nome*, conforme demonstra o Gráfico 2.

Atividades da Política de Inovação

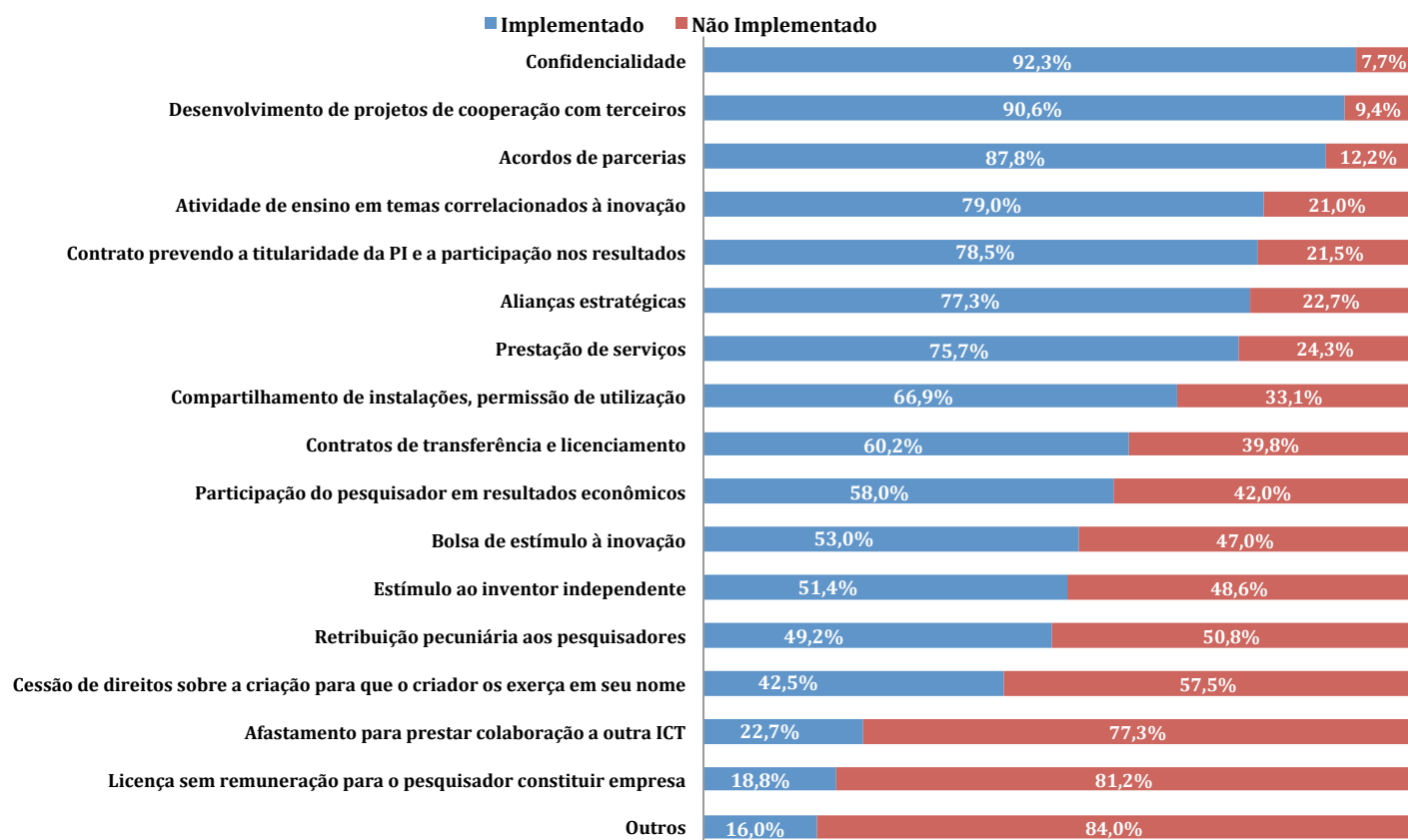


GRÁFICO 2 – ATIVIDADES DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
 FONTE: FORMICT/MCTI



4 Núcleos de Inovação Tecnológica

Conforme estabelecido pelo Art. 16 da Lei de Inovação, a ICT deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.

As competências mínimas do Núcleo de Inovação Tecnológica são:

- I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;
- III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;
- IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

4.1 Estágio de Implementação do NIT

No que diz respeito ao estágio de implementação dos NIT, verificou-se que 140 instituições públicas (72,2%) informaram que já possuem o NIT implementado. Apenas 17 instituições públicas (8,8%) informaram que o NIT não está implementado e 37 instituições públicas (19,1%) informaram que está em fase de implementação, conforme demonstrado no Gráfico 3.

Por parte das instituições privadas, 26 instituições privadas (38,8%) informaram que possuem o NIT implementado, 12 instituições privadas (17,9%) não possuem NIT implementado e 29 instituições (43,3%) informaram que o NIT encontra-se em fase de implementação.

No cômputo geral, verificou-se que 166 instituições (63,6%), sejam essas públicas ou privadas, informaram que seus NIT estão implementados, 66 instituições (25,3%) informaram que o NIT está em fase de implementação e 29 (11,1%) informaram que ainda não foram implementados, conforme demonstrado no Gráfico 4.

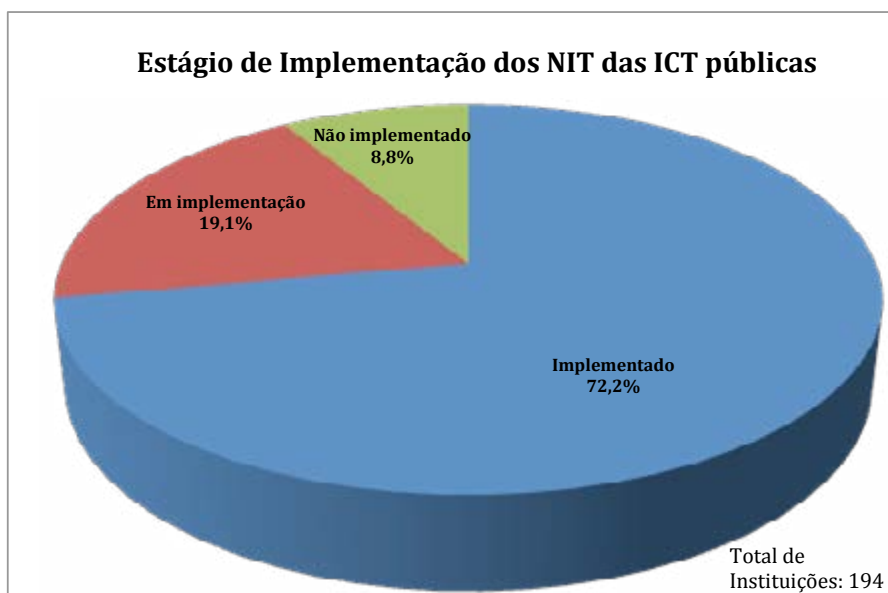


GRÁFICO 3 – ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NIT DAS ICT PÚBLICAS
 FONTE: FORMICT/MCTI

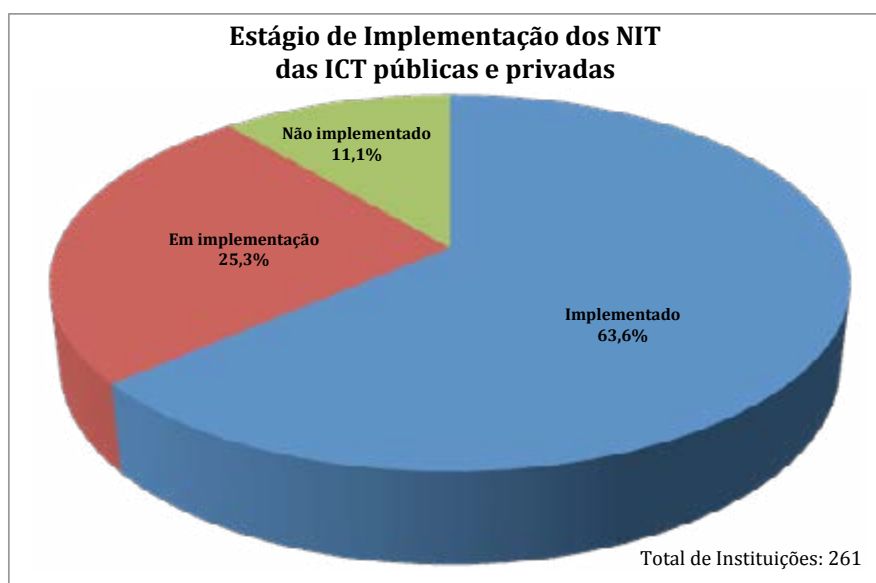


GRÁFICO 4 – ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NIT DAS ICT PÚBLICAS E PRIVADAS
 FONTE: FORMICT/MCTI

Com relação às 95 instituições que possuem NIT em implementação ou não implementado, verificou-se o seguinte perfil: 14 *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*, 12 *Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC*, 12 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados*, 11 *Fundações de Direito Público ou Privado*, 07 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos*, 07 *Universidades e Centros Universitários Privados*, 06 *Universidades e Centros Universitários Comunitários*, 06 *Instituições de Ensino Superior Estaduais*, 04 *Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP*, 01 *Centro de Educação Tecnológica* e 15 *Outros*.

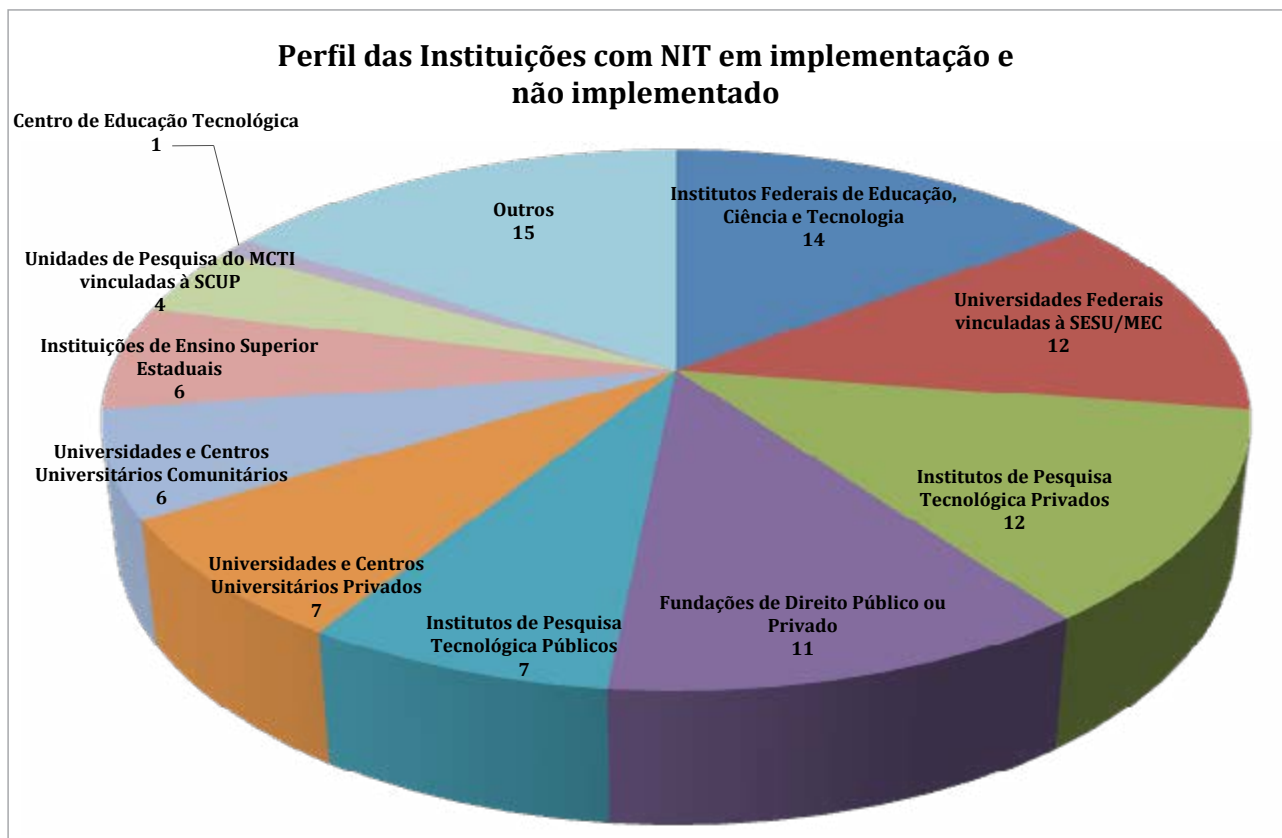


GRÁFICO 5 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES COM NIT EM IMPLEMENTAÇÃO E NÃO IMPLEMENTADO
 FONTE: FORMICT/MCTI

4.2 Compartilhamento do NIT

Com relação às instituições que possuem NIT implementado ou em implementação, verificou-se que 150 instituições públicas (84,7%) informaram que o NIT é exclusivo e 27 instituições públicas informaram que o NIT é compartilhado com outras instituições (15,2%). Apenas 05 instituições privadas (9,1%) informaram que o NIT é compartilhado e 50 instituições privadas informaram que o NIT é exclusivo (90,9%).

No total, verificou-se que 200 instituições (86,2%), sejam estas públicas ou privadas, informaram que o NIT é exclusivo, 32 instituições (13,8%) informaram que o NIT é compartilhado, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Os seguintes NIT compartilhados foram citados pelas ICT:

NIT-RIO: Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), Instituto Nacional de Tecnologia (INT), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Observatório Nacional (ON), Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC).

NIT Amazônia Ocidental: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM; Fundação Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado – FMT – HVD; Universidade Federal de Rondônia - UNIR, Universidade Federal de Roraima- UFRR, Universidade Federal do Acre- UFAC; Fundação Desembargador Paulo Feitosa –

FPF; Fundação Centro e Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica – FUCAPI; Fiocruz Amazônia, Embrapa Roraima, Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA); Instituto Euvaldo Lodi – IEL/Amazonas, Universidade Nilton Lins, Faculdade Marta Falcão, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRR e Centro de Incubação e Desenvolvimento Empresarial (CIDE); FUNTAC.

NIT Mantiqueira: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Associação Brasileira de Luz Síncrotron (ABTLuS), Centro de Tecnologia Werner von Braun, Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE).

NIT-MB: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SecCTM); Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP); Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD); Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM); Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV); Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM); Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM); Centro de Hidrografia da Marinha (CHM); e Centro Tecnológico do Corpo de Fuzileiros Navais (CTecCFN).

NIT-DCTA: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Instituto de Estudos Avançados (IEAv), Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA), Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG).

NIT-DCT: Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEx), Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx), Centro Tecnológico do Exército (CTEx), Centro de Avaliações do Exército (CAEx), Instituto Militar de Engenharia (IME), Diretoria de Serviço Geográfico (DSG), Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS), Centro de Defesa Cibernética do Exército (CDCiber) e Diretoria de Fabricação (DF).

NIT IFPR: 14 NIT's pertencentes aos campus do IFPR (Assis Chateaubriand; Campo Largo; Cascavel; Curitiba; Foz do Iguaçu; Irati; Ivaporã; Jacarezinho; Londrina; Palmas; Paranaguá; Paranaíba; Telemaco Borba; Umuarama).

NIT IF Sertão: Colegiado de Tecnologia em Alimentos - IF SERTÃO-PE.

NIT CINOVA: Círculo dos Trabalhadores Cristãos do Embaré - CTCE – UNICASTELO; Associação Cidade da Ciência, Tecnologia e Educação – CITÉ.

NIT SENAI CETEC: Instituto de Geoinformação e Tecnologia - IGTEC Centro de Tecnologia SENAI CETEC.

Valor Propriedade Intelectual S/S LTDA: Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, Parque Tecnológico Itaipu - PTI, Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

NIT Unimep: Parque Tecnológico de Piracicaba; Incubadora de empresa de Santa Bárbara D'Oeste.

Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA): o NIT da APTA e seis Institutos de Pesquisa (Agrônomo, Biológico, Economia Agrícola, Pesca, Zootecnia, e Tecnologia de Alimentos).

Sociedade Educacional de Santa Catarina (Sociesc): demais unidades da Sociesc.

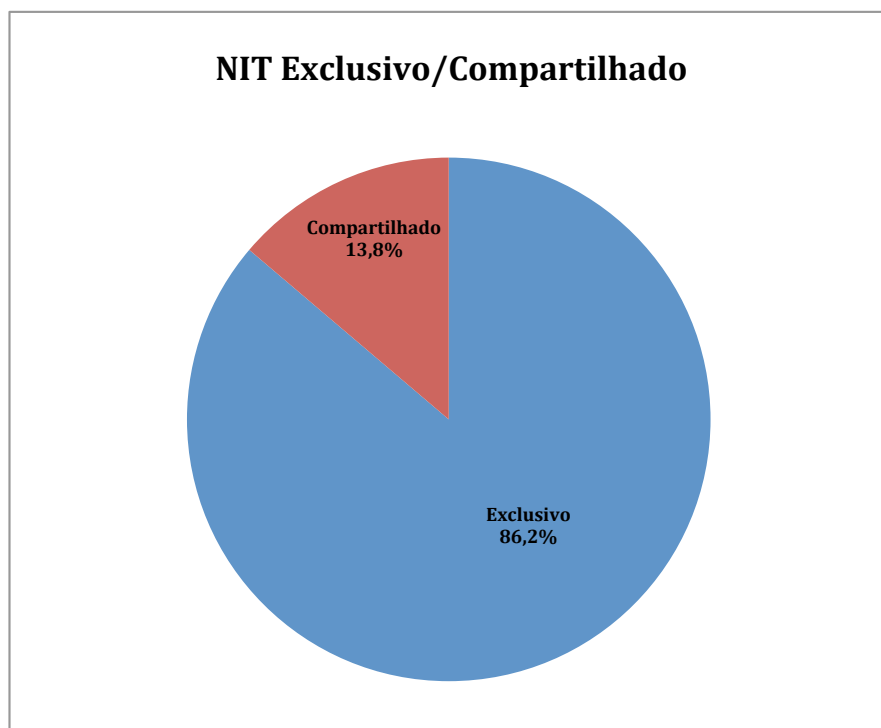


GRÁFICO 6 – COMPARTILHAMENTO DO NIT
FONTE: FORMICT/MCTI

4.3 Recursos Humanos do NIT

Na análise do quantitativo de pessoal presente nos NIT, verificou-se o total de 1889 profissionais atuantes nos Núcleos, sendo que 60,8% são servidores e funcionários, os bolsistas representam 20,5%, os terceirizados correspondem a 7,1%, os estagiários representam 6,8% e outros representam 4,8% dos profissionais. Em relação aos recursos humanos dos NIT das instituições públicas, o quantitativo apresentado foi de 1525, sendo que 57,6% são servidores e funcionários, 21,8% são bolsistas, 7,5% são terceirizados, 7,6% são estagiários e outros representam 5,4% dos profissionais.

Tabela 5 - Composição dos recursos humanos do NIT por situação funcional

Função - NIT	Pública	%	Privada	%	Total	%
Servidores/Funcionários	879	57,6	269	73,9	1148	60,8
Bolsistas	332	21,8	55	15,1	387	20,5
Terceirizados	115	7,5	20	5,5	135	7,1
Estagiários	116	7,6	12	3,3	128	6,8
Outros	83	5,4	8	2,2	91	4,8
TOTAL	1525	100	364	100	1889	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação à formação dos profissionais que atuam no NIT, verificou-se que engenheiros, físicos e químicos representam 26,6%, administradores e economistas representam 17,5%, profissionais com formação jurídica representam 12,9%, os biólogos representam 8,5%, os profissionais de comunicação social representam 3,2% e outras formações representam 31,4%.

Tabela 6 - Composição dos recursos humanos do NIT por formação profissional

Formação - NIT	Quantitativo	%
Outros	594	31,4
Engenharia, Química, Física	502	26,6
Administração/Economia	330	17,5
Direito	243	12,9
Ciências Biológicas	160	8,5
Comunicação Social	60	3,2
TOTAL	1889	100

Fonte: FORMICT/MCTI

4.4

Atividades do NIT

As atividades do NIT foram separadas em dois subgrupos:

- I - Essenciais (conforme o parágrafo único do art. 16 da Lei de Inovação);
- II - Complementares.

De posse das informações recebidas das instituições, verificou-se que o índice de implementação das atividades tidas como essenciais oscilaram entre 42,7% e 70,7%, destas, as que tiveram maiores índices de implementação foram:

- acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de PI (70,7%);
- opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição (68,5%);
- zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção da PI (66,4%).

Atividades Essencias do NIT

■ Implementada ■ Em implementação ■ Não implementada ■ Não se aplica

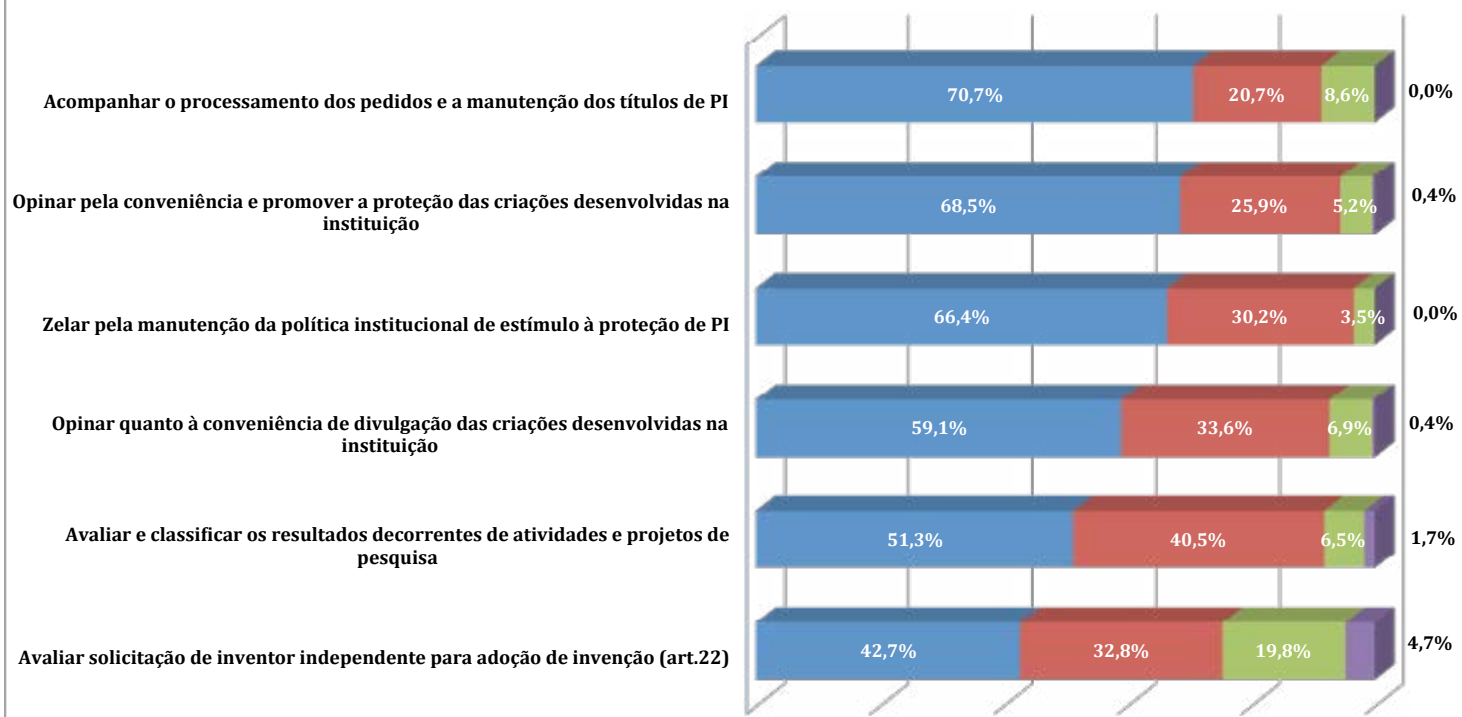


GRÁFICO 7 – IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES ESSENCIAIS DOS NIT
FONTE: FORMICT/MCTI

Por parte das atividades tidas como complementares, verificou-se que o índice de implementação oscilou entre 10,8% e 68,1%, dessas, as atividades que tiveram maiores índices de implementação foram:

- Eventos (68,1%);
- Política de Confidencialidade (63,4%);
- Capacitação realizada pelo NIT (59,5%)
- Orientação aos pesquisadores (58,6%);
- Documentos padronizados (55,2%).

As atividades complementares que tiveram menores índices de implementação foram:

- Inovação em marketing (10,8 %);
- Avaliação econômica dos inventos (12,9%);
- Valoração de tecnologia (13,4%);
- Cadastro de oferta e demanda (19,0%).
- Inovação social (19,8%).

Algumas importantes atividades que tiveram baixo índice de implementação estão em processo de desenvolvimento pelas instituições. Para comprovação de tal fato, basta verificar a incidência do índice “Em implementação” das atividades mencionadas abaixo:

- Cadastro de oferta e demanda (50,9%);
- Avaliação econômica dos inventos (48,7%);
- Valoração da tecnologia (49,6%).

Na opção “Não se aplica” apontada por algumas instituições em relação às atividades citadas, verificou-se que as atividades abaixo apresentaram maiores índices nesse quesito:

- Inovação em marketing (7,3%);
- Inovação social (6%);
- Inovação organizacional (5,6%);
- Atendimento à comunidade (5,6%).

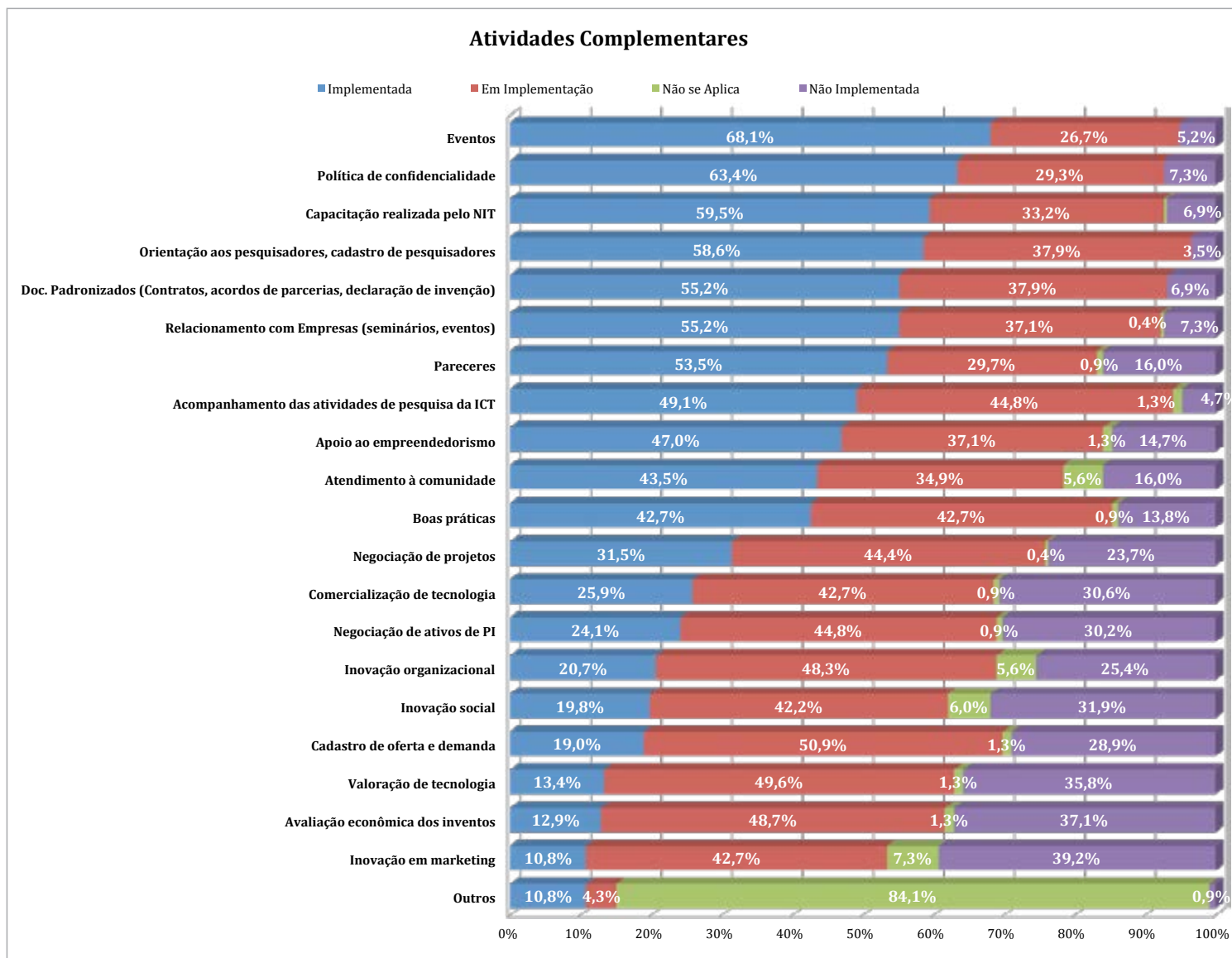
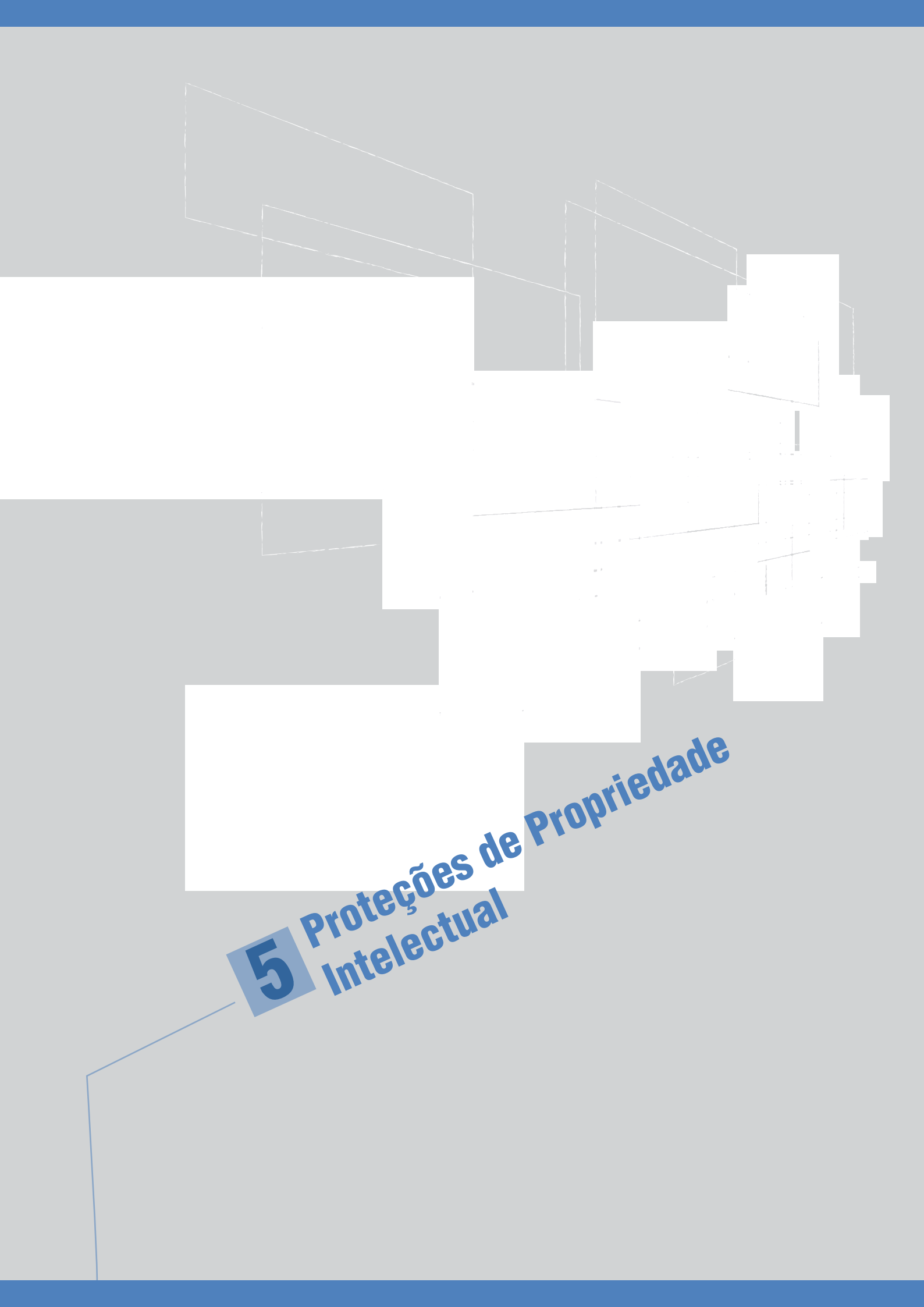


GRÁFICO 8 – IMPLEMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS NIT
 FONTE: FORMICT/MCTI



5 Proteções de Propriedade Intelectual

A proteção da propriedade intelectual das ICT é estimulada pela Lei de Inovação, como forma de incrementar a produção tecnológica nessas instituições, bem como permitir um maior controle e retorno dos ativos intangíveis que podem ser negociados com empresas interessadas.

5.1 Instituições com Pedidos de Proteção

No que diz respeito aos pedidos de proteção de propriedade intelectual por parte das instituições públicas, verificou-se que 60,3% (117 Instituições) informaram que possuem pedidos de proteção de propriedade intelectual requeridos ou concedidos no ano base de 2013, outros 39,7% (77 Instituições) informaram que não possuem pedidos.

Por parte das instituições privadas, verificou-se que 46,3% (31 Instituições) apresentaram pedidos de proteção de propriedade intelectual, enquanto 53,7% (36 Instituições) informaram que não possuem pedidos de proteção requeridos ou concedidos no ano base 2013.

Tabela 7 - Quantidade de ICT com pedido de proteção no ano-base 2013

Possui Pedido de Proteção	Pública	%	Privada	%	Total	%
Sim	117	60,3	31	46,3	148	56,7
Não	77	39,7	36	53,7	113	43,3
TOTAL	194	100	67	100	261	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação às 113 instituições que não possuem pedido de proteção requeridos ou concedidos no ano base 2013, verificou-se o seguinte perfil: 20 *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*, 15 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos*, 12 *Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC*, 12 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados*, 10 *Universidades e Centros Universitários Comunitários*, 10 *Fundações de Direito Público ou Privado*, 08 *Instituições de Ensino Superior Estaduais*, 05 *Unidades de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP*, 05 *Universidades ou Centros Universitários Privados*, 02 *Centro de Educação Tecnológica* e 14 *Outros*.

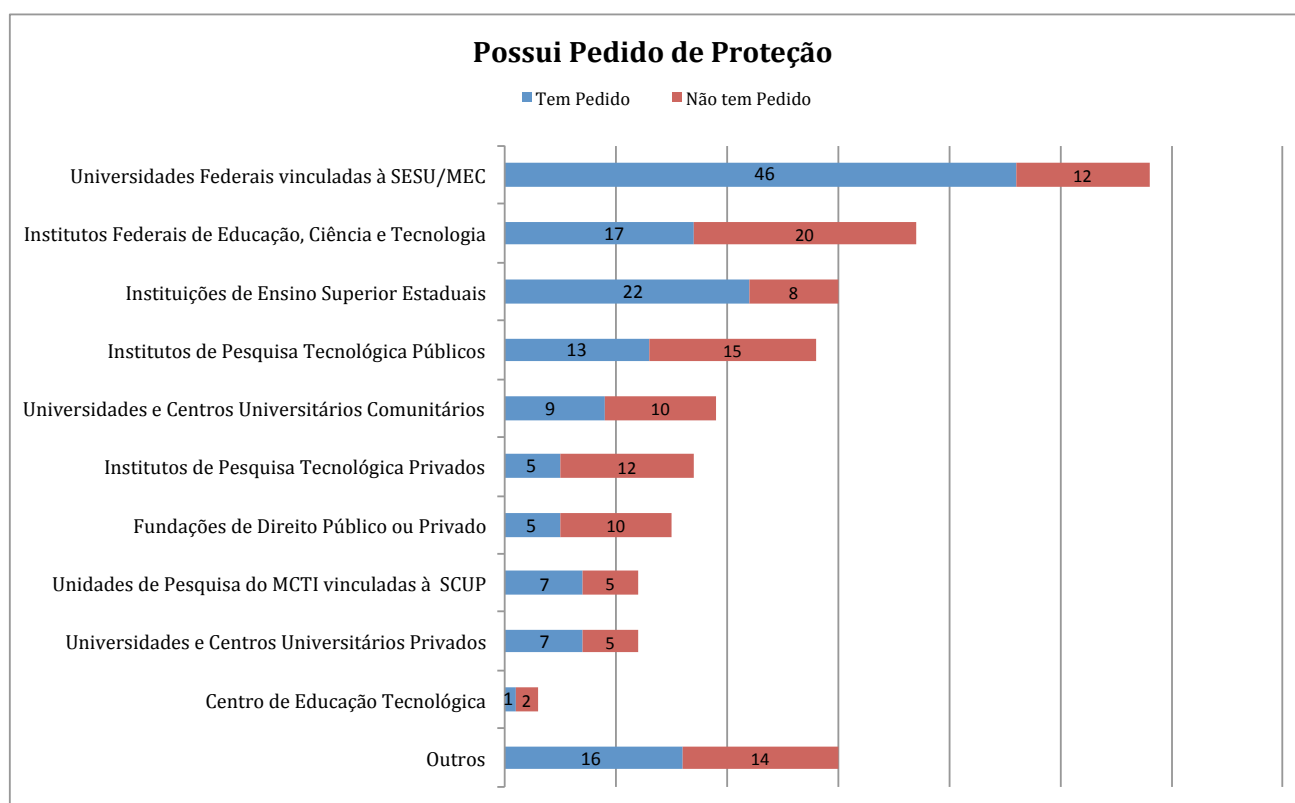


GRÁFICO 9 – PERFIL DAS ICT COM PEDIDO DE PROTEÇÃO NO ANO BASE 2013
 FONTE: FORMICT/MCTI

Conforme informações recebidas por meio do Formict, verificou-se que 115 instituições públicas foram responsáveis pelo total de 1693 pedidos de proteção requeridos. Nas instituições privadas, verificou-se que 27 instituições foram responsáveis pelo total de 208 pedidos de proteção requeridos, totalizando 1901 pedidos de proteção requeridos.

De posse das informações comentadas acima, buscou-se trabalhar com um indicador que mensurasse a relação entre quantidade de pedidos de proteção e o quantitativo das instituições (com pedidos de proteção requerida), conforme apresentado na fórmula abaixo:

$$\frac{\Sigma \text{ Qtd pedidos de proteção requerida}}{\Sigma \text{ Qtd. instituições com pedidos de proteção requerida}}$$

Por meio desse indicador, verificou-se que as instituições públicas, responsáveis pela grande maioria dos pedidos de proteção, apresentaram resultado superior ao das instituições privadas.

As instituições privadas apresentaram o índice de 7,7 pedidos de proteção requeridos por instituição (208/27 instituições com pedidos de proteção requeridos), já as instituições públicas apresentaram o índice de 14,7 pedidos de proteção requeridos por instituição (1693/115 instituições com pedidos de proteção requeridos), conforme demonstra o Gráfico 10.

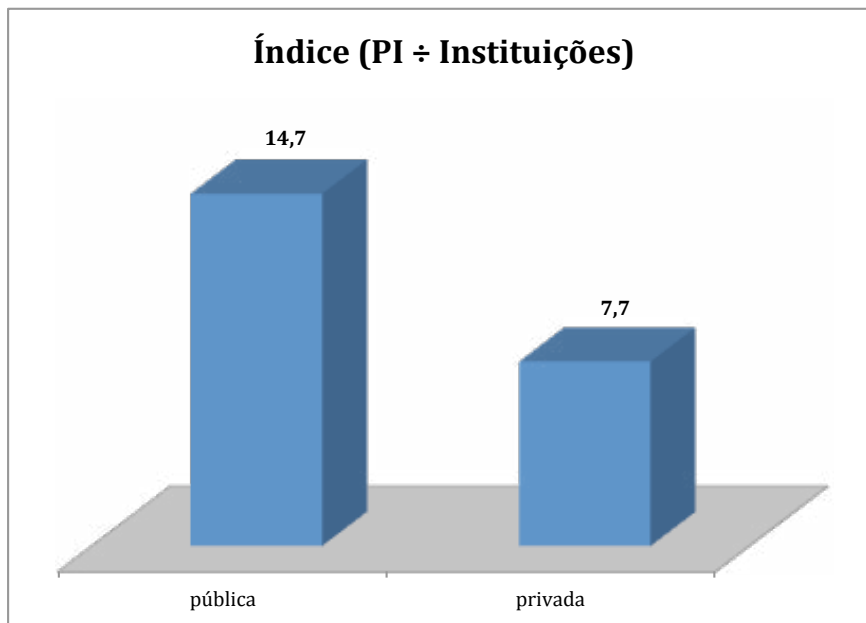


GRÁFICO 10 – ÍNDICE DE PROTEÇÃO POR TIPO DE INSTITUIÇÃO
 FONTE: FORMICT/MCTI

Com relação às proteções concedidas, 32 instituições públicas tiveram 172 pedidos de proteção concedidos em 2013 e 09 instituições privadas obtiveram 99 pedidos concedidos, totalizando 271 pedidos de proteção de propriedade intelectual concedidos.

5.2 Análise dos Pedidos de Proteção

Em relação ao país de preferência para registro dos pedidos de Propriedade Intelectual requeridos, foi constatado que a grande maioria das instituições, sejam estas públicas ou privadas, deram preferência por registrar seus pedidos no Brasil.

As instituições públicas informaram que 92,1% de seus pedidos de proteções requeridas ocorreram no Brasil, apenas 7,6% dos pedidos de proteções requeridas ocorreram no exterior e 0,3% em ambos (Brasil e exterior).

Em relação às Instituições Privadas, 88,5% dos pedidos das Instituições Privadas ocorreram no Brasil; 11,5% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior), conforme demonstra a Tabela 8.

Tabela 8 – Proteções requeridas x instituição solicitante x país

Proteções Requeridas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	1560	92,1	184	88,5	1744	91,7
Exterior	128	7,6	24	11,5	152	8,0
Brasil/Exterior	5	0,3	0	0,0	5	0,3
TOTAL	1693	100	208	100	1901	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Já em relação aos pedidos de proteção concedidos, as instituições públicas informaram que 94,2% de seus pedidos de proteções concedidos ocorreram no Brasil, apenas 5,2% dos pedidos de proteções concedidos ocorreram no exterior e 0,6% em ambos (Brasil e exterior).

No referente às instituições privadas, 84,9% dos pedidos foram concedidos no Brasil; 15,2% somente no exterior e nenhum pedido em ambos (Brasil e exterior).

No total, 90,8% destes foram concedidos no Brasil, 8,9% foram concedidos no exterior e 0,4% em ambos (Brasil e exterior).

Tabela 9 – Proteções concedidas x instituição solicitante x país

Proteções Concedidas	Pública	%	Privada	%	Total	%
Brasil	162	94,2	84	84,9	246	90,8
Exterior	9	5,2	15	15,2	24	8,9
Brasil/Exterior	1	0,6	0	0,0	1	0,4
TOTAL	172	100	99	100	271	100

Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação aos tipos de pedidos de proteção requeridos, verificou-se que 1198 são Patentes de Invenção, 259 são *relativos a Programa de Computador*, 247 são de *Registro de Marca*, 101 são de *Desenho Industrial*, 42 são de *Proteção de Cultivar*, 39 são de *Modelo de Utilidade*, 02 são de *Direito Autoral*, 1 de *Indicação Geográfica* e 12 correspondem a *Outros* tipos de proteção.

Tabela 10 - Tipos de pedidos de proteção requeridos

Tipo de pedido	Pública	Privada	Quant.
Patente de Invenção	1100	98	1198
Programa de Computador	217	42	259
Registro de Marca	196	51	247
Desenho Industrial	92	9	101
Proteção de Cultivar	42	0	42
Modelo de Utilidade	32	7	39
Direito Autoral	1	1	2
Indicação Geográfica	1	0	1
Top. Circuitos Integrados	0	0	0
Outros	12	0	12
TOTAL	1693	208	1901

Fonte: FORMICT/MCTI

Com base nas informações prestadas pelas instituições, foi possível identificar o relacionamento entre os diferentes tipos de propriedade intelectual com os setores econômicos. Como parâmetro para esse último, utilizou-se a Classificação Nacional das Atividades Econômicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Tabela 11 - Tipos de proteções requeridas x setor econômico

SETOR ECONÔMICO	MU	DI	PI	PC	TCI	CPC	RMPS	RMC _o	RMC _e	RIG	RDA	OU
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLOR-ESTAL, PESCA E AQUICULTURA	3	0	122 (122÷1901) 6,4%	6	0	42	44	0	0	1	0	2
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	21	76	553 (553÷1901) 29%	13	0	0	20	0	0	0	0	4
ELETRICIDADE E GÁS	1	4		5	0	0	0	0	0	0	0	0
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	4	0	41	0	0	0	2	0	0	0	0	1
CONSTRUÇÃO	1	0		1	0	0	0	0	0	0	0	0
COMÉRCIO: REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	0	0		1	0	0	1	0	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	1	1	48	1	0	0	1	0	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	1		137	0	0	24	0	0	0	1	1
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	2	2	196 (196÷1901) 10,3%	12	0	0	51	0	1	0	1	1
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0		0	0	0	1	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	1	0	20	0	0	7	0	0	0	0	1
EDUCAÇÃO	2	6		41	0	0	68	1	1	0	0	1
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	2	2	126 (126÷1901) 6,6%	20	0	0	18	0	0	0	0	1
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	2	7		1	0	0	3	0	0	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	0	0	0	1	0	0	4	0	0	0	0	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	39	101	(1198÷1901) 63%	259	0	42	244	1	2	1	2	12

MU – Modelo de Utilidade

TCI – Top. Circuitos Integrados

RMCE – Reg. de Marca de Certificação

DI – Desenho Industrial

CPC – Cert. Proteção de Cultivar

RIG – Reg. Indicação Geográfica

PI – Patente de Invenção

RMPS – Reg. Marca Produtos e Serviços

RDA – Reg. Direitos Autorais

PC – Programa de Computador

RMC_o – Reg. Marca Coletiva

OU – Outros

Fonte: FORMICT/MCTI

Dentre os resultados identificados na análise das proteções requeridas, cabe mencionar o número expressivo de patentes de invenção, estes corresponderam a 1198 pedidos, o que representa 63% do total. Os setores econômicos que tiveram maior índice de aplicação por este tipo de proteção foram: Indústria de Transformação 29% (553 pedidos), Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas 10,3% (196 pedidos) e Saúde Humana e Serviços Sociais 6,6% (126 pedidos), Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura 6,4% (122 pedidos).

Das proteções requeridas no setor Indústrias de Transformação, destacam-se as patentes de invenção nas seguintes áreas: Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos 10,2% (193 pedidos), Fabricação de Produtos Químicos 5,4% (103 pedidos), Fabricação de Produtos Diversos 2,3% (43 pedidos), Fabricação de Máquinas e Equipamentos 2,2% (42 pedidos), Fabricação de Produtos Alimentícios 1,7% (33 pedidos), Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos 1,7% (32 pedidos), Fabricação de Produtos de Borracha e de Material Plásticos 1,1% (21 pedidos), Metalurgia 0,8% (16 pedidos), Fabricação de Coque, de Produtos Derivados do Petróleo e de Biocombustíveis 0,7% (13 pedidos), conforme demonstra o Gráfico 11.

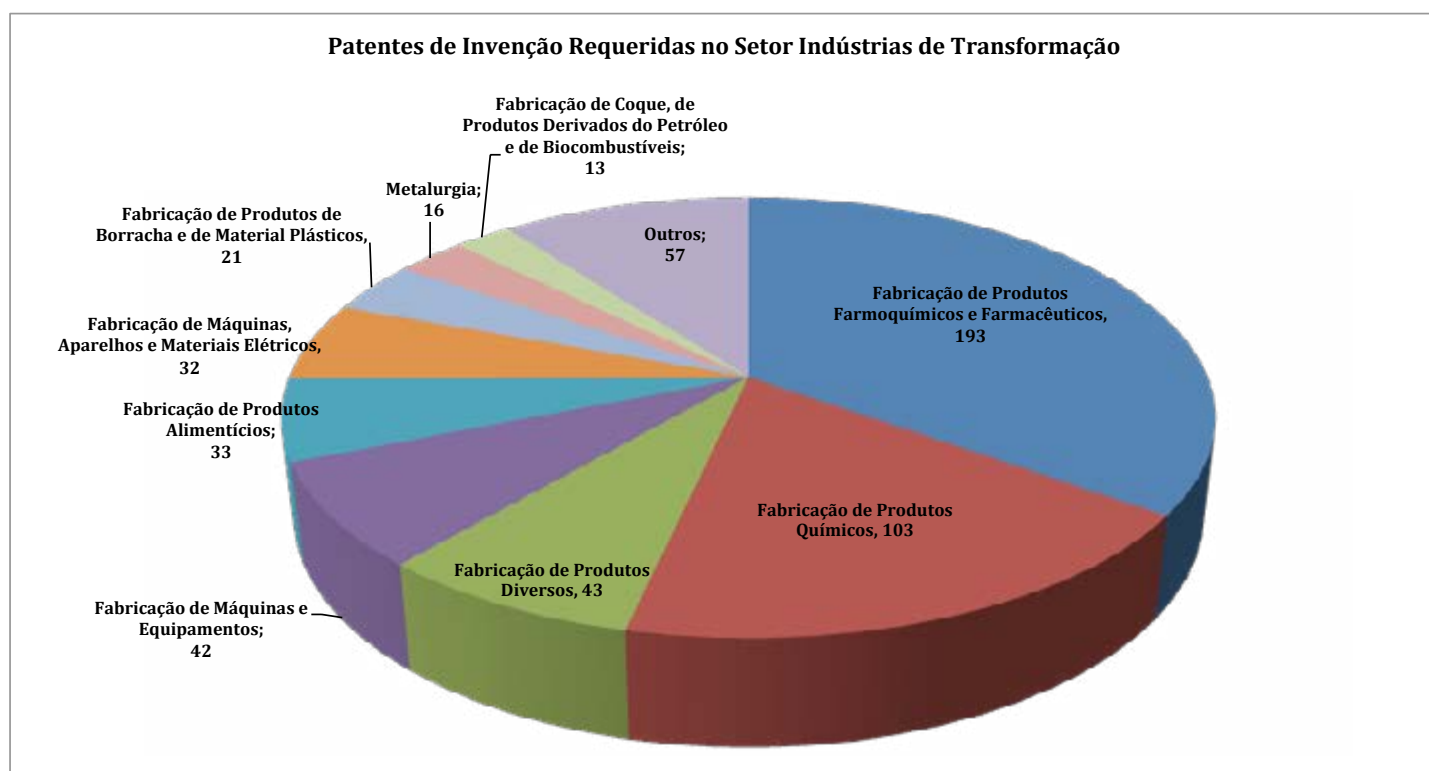


GRÁFICO 11 – DISTRIBUIÇÃO DAS PROTEÇÕES REQUERIDAS NO SETOR INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO
 FONTE: FORMICT/MCTI

Com relação às proteções concedidas, o tipo de pedido que teve a maior quantidade de concessões foi *Programa de Computador*, representando 41,7% do total (113 proteções concedidas).

Verificou-se uma incidência significativa de registros concedidos de *Marca de Produtos e Serviços*, representando 25,1% (68 registros concedidos) do total, com aplicação em diversos setores econômicos, tais como: *Educação; Informação e Comunicação; Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas* e *Outros*.

Tabela 12 - Tipos de proteções concedidas x setor econômico

SETOR ECONÔMICO	MU	DI	PI	PC	TCI	CPC	RMPS	RMCo	RMCo	RIG	RDA	OU
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA	0	0	2	1	0	7	0	0	0	0	5	0
INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	1	1	21 (21÷271) 7,7%	0	0	0	1	0	0	0	0	0
ELETRICIDADE E GÁS	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO	2	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CONSTRUÇÃO	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
COMÉRCIO: REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	0	0	2	60 (60÷271) 22,1%	0	0	15	0	0	0	0	0
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	0	0	18	18	0	0	12	0	0	0	1	0
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	9	0
EDUCAÇÃO	0	0	0	5	0	0	29	0	0	0	5	0
SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS	0	0	4	16	0	0	9	0	0	0	7	0
ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	3	1	52 (52÷271) 19,2%	113 (113÷271) 41,7%	0	7	68 (68÷271) 25,1%	0	0	0	27	0

MU – Modelo de Utilidade

DI – Desenho Industrial

PI – Patente de Invenção

PC – Programa de Computador

TCI – Top. Circuitos Integrados

CPC – Cert. Proteção de Cultivar

RMPS – Reg. Marca Produtos e Serviços

RMCo – Reg. Marca Coletiva

RMCo – Reg. de Marca de Certificação

RIG – Reg. Indicação Geográfica

RDA – Reg. Direitos Autorais

OU – Outros

Fonte: FORMICT/MCTI

Com relação à cotitularidade das proteções, observou-se que a preferência foi por pedidos sem cotitularidade, sendo que estes representaram 68,9% das proteções requeridas e 88,9% das proteções concedidas. Os pedidos com cotitularidade representaram 31,1% das proteções requeridas e 11,1% das proteções concedidas.

Tabela 13 - Cotitularidade das proteções

Proteções	Requerida						Concedida					
	Pública	%	Privada	%	Total	%	Pública	%	Privada	%	Total	%
Com Cotitularidade	538	31,8	53	25,5	591	31,1	21	12,2	9	9,1	30	11,1
Sem Cotitularidade	1155	68,2	155	74,5	1310	68,9	151	87,8	90	90,9	241	88,9
TOTAL	1693	100	208	100	1901	100	172	100	99	100	271	100

Fonte: FORMICT/MCTI



6 Contratos de Tecnología

Art. 6º da Lei de Inovação faculta à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.

O recebimento de rendimentos pelos contratos firmados pelas ICT constitui uma etapa avançada do processo de comercialização de tecnologias geradas nestas instituições, que geralmente inclui a proteção da invenção; a elaboração de contrato para transferência de tecnologia, o licenciamento ou a exploração; o uso comercial da tecnologia; e por fim, o pagamento de royalties ou prêmios para a ICT.

6.1 Instituições com Contratos de Tecnologia

De acordo com as informações recebidas por meio do Formict, verificou-se que a grande maioria não possui contratos de transferência de tecnologia. Apenas 45 instituições informaram possuir contratos firmados em 2013, sendo 37 instituições públicas e 8 instituições privadas. Em relação às instituições que não possuem contratos de transferência de tecnologia firmados em 2013, 157 são instituições públicas e 59 são instituições privadas, totalizando 216 instituições.

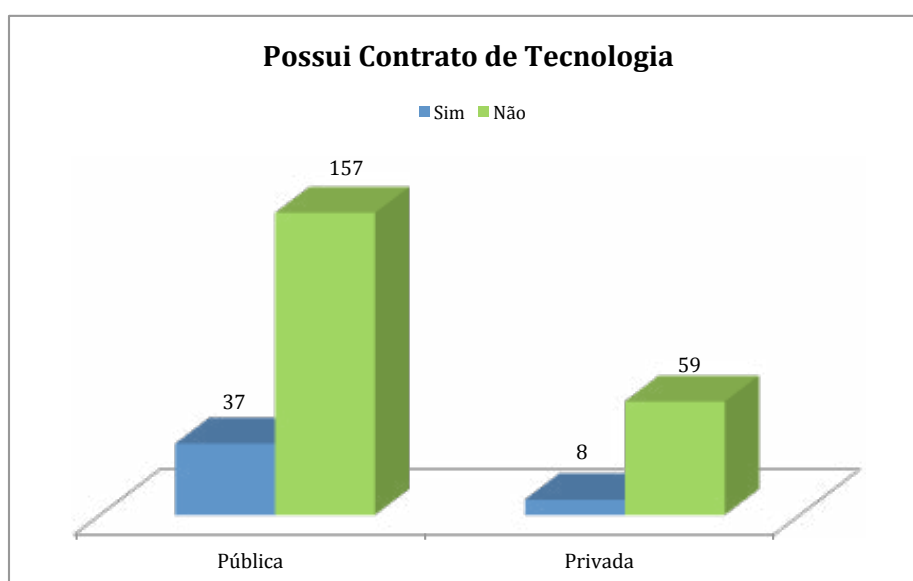


GRÁFICO 12 – QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
FONTE: FORMICT/MCTI

Das 45 instituições que informaram possuir contratos de tecnologia, a maioria é representada pelas *Universidades Federais vinculadas à SESU/MEC*, sendo 16 instituições deste perfil que possuem contratos de tecnologia, seguidas por: 08 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Públicos*, 06 *Instituições de Ensino Superior Estaduais*, 03 *Institutos de Pesquisa Tecnológica Privados*, 03 *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*, 03 *Universidades e Centros Universitários Privados*, 01 *Universidades e Centros Universitários Comunitários*, 01 *Unidade de Pesquisa do MCTI vinculadas à SCUP* e 04 *Outros*.

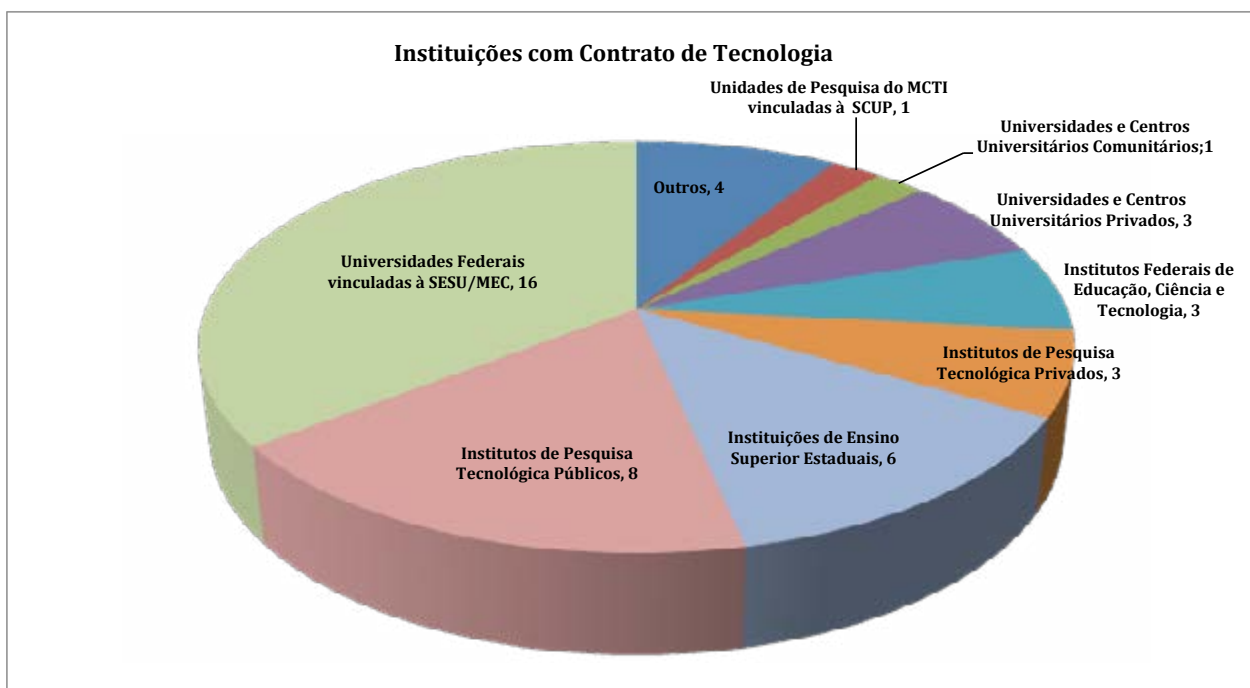


GRÁFICO 13 – PERFIL DAS INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM CONTRATO DE TECNOLOGIA
 FONTE: FORMICT/MCTI

6.2 Análise dos Contratos de Tecnologia

Foram contabilizados 1943 Contratos de Tecnologia, sendo 64,1% *Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual*; 9% *Contrato de know how*; 7,5% *Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação*; 4,2% *Contrato de cotitularidade*; 3,6% *Acordo de confidencialidade*; 0,3% *Acordo de transferência de material biológico*; 0,3% *Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação*; 0,1% *Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual*; 0,1% *Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa* e 11% *Outros*.

Tabela 14 - Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto

Objeto	Qtde. de ICT que informaram ter contrato por objeto	Quantidade	%
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	25	1245	64,1
Contrato de <i>know how</i> (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	11	174	9,0
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	27	145	7,5
Contrato de cotitularidade.	10	81	4,2
Acordo de confidencialidade.	8	69	3,6
Acordo de transferência de material biológico.	3	6	0,3
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação.	3	6	0,3
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	1	2	0,1
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa.	1	1	0,1
Outros	9	214	11,0
TOTAL	-	1943	100

Fonte: FORMICT/MCTI

As instituições públicas foram responsáveis por 490 contratos classificados como *Sem Exclusividade*, ou seja, quando o contrato permite que a ICT possa negociar a mesma tecnologia com outras empresas, 1290 contratos de *Outras Formas*, que correspondem aos casos de tecnologias negociadas, porém, que não foram objeto de proteção, e 64 contratos *Com Exclusividade*. As instituições privadas foram responsáveis por 17 contratos *Sem Exclusividade*, 11 contratos de *Outras Formas* e 71 contratos *Com Exclusividade*.

Tabela 15 - Distribuição dos contratos de tecnologia por exclusividade

Contratos	Pública	Privada	Total
Sem Exclusividade	490	17	507
Outras Formas	1290	11	1301
Com Exclusividade	64	71	135
TOTAL	1844	99	1943

Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação ao valor dos Contratos de Tecnologia, a Região Sudeste foi a que apresentou o maior montante, R\$ 158,8 milhões oriundos de 372 contratos, já a Região Centro-Oeste, apesar de apresentar o maior número de contratos, 1096, não apresentou rendimentos relativos aos contratos, conforme Tabela 161.

Os 1943 Contratos de Tecnologia totalizaram um montante da ordem de R\$ 302,7 milhões. Destes, o objeto de contrato que apresentou maior montante foi *Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação* com R\$ 122 milhões oriundos de 145 contratos desse tipo. Os contratos informados como *Outros* apresentaram o segundo maior montante, R\$ 121,2 milhões com 214 contratos, em seguida o *Contrato de know how* o montante foi de R\$ 50,1 milhões com 174 contratos, os do tipo *Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual* apresentaram o montante de R\$ 8,5 milhões com 1.245 contratos, os do tipo *Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação* apresentaram o montante de R\$ 480 mil com 6 contratos, nos do tipo *Contrato de cotitularidade* o montante apresentado foi de R\$ 206 mil com 81 contratos. Os demais contratos não apresentaram valor.

1 Os contratos podem ser negociados por valor ou por porcentagem nos rendimentos auferidos com a comercialização do produto, caso sejam negociados por porcentagem a instituição informa que não houve valor dos contratos e informa anualmente os rendimentos no bloco seguinte.

Tabela 16 - Distribuição dos contratos de tecnologia por objeto, montante e região

Objeto	Sul		Sudeste		Centro-oeste		Nordeste		Norte	
	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$	Qtde.	Valor R\$
Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	86	3.006.241,82	59	2.682.358,58	1095	0,00	5	2.900.000,00	0	0,00
Contrato de <i>know how</i> (envolvendo ativos intangíveis não amparados por direitos de propriedade intelectual), assistência técnica (contração de soluções técnicas ou capacitação e treinamento) e demais serviços.	103	4.346.847,65	70	38.834.563,32	0	0,00	1	7.000.000,00	0	0,00
Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação (atividades conjuntas de pesquisa científica e/ou tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo).	56	36.890.769,99	82	85.097.029,02	0	0,00	7	24.000,00	0	0,00
Contrato de cotitularidade.	11	0,00	70	206.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Acordo de confidencialidade.	12	0,00	57	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Acordo de transferência de material biológico.	1	0,00	5	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato ou convênio de compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação.	0	0,00	6	480.000,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato de cessão de direitos de propriedade intelectual (Patente / Desenho Industrial / Marca / Programa de computador / Topografia de circuito integrado / Cultivar / Obra literária, artística ou científica / Outros)	0	0,00	2	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Contrato ou convênio de permissão de utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e instalações por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa.	0	0,00	1	0,00	0	0,00		0,00		0,00
Outros	193	89.749.580,13	20	31.514.652,00	1	0,00	0	0,00	0	0,00
TOTAL	462	133.993.439,59	372	158.814.602,92	1096	0,00	13	9.924.000,00	0	0,00

Fonte: FORMICT/MCTI

Em relação ao valor dos *Contratos de Tecnologia* firmados por instituições públicas em 2013, este alcançou o montante de R\$ 255,9 milhões, prevalecendo a realização de contratos *Sem Exclusividade*, totalizando aproximadamente R\$ 144,9 milhões. Com relação aos contratos de *Outras Formas*, verificou-se o valor de R\$ 35,9 milhões, já os contratos *Com Exclusividade* chegaram ao valor de R\$ 75,0 milhões.

O setor privado contabilizou o montante de R\$ 46,7 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que os contratos firmados *Com Exclusividade* contabilizaram R\$ 40,9 milhões dos contratos firmados, enquanto que os contratos *Sem Exclusividade* foram responsáveis por R\$ 5,7 milhões e nada foi contabilizado nos contratos de *Outras Formas*.

No cômputo geral, foram contabilizados mais de R\$ 302,7 milhões em Contratos de Tecnologia, sendo que desses, 48% dos recursos correspondem a contratos de instituições públicas firmados *Sem Exclusividade*, enquanto que os recursos relativos a contratos *Com Exclusividade* provenientes de instituições públicas representaram 25%, *Outras Formas* de contrato representaram 12% dos recursos contabilizados. Em relação às instituições privadas, verificou-se que os contratos firmados *Sem Exclusividade* representaram 2% do valor total, *Outras Formas* de contratos representaram 0%, já os contratos firmados *Com Exclusividade* representaram 14% do total, conforme demonstra o Gráfico 14.

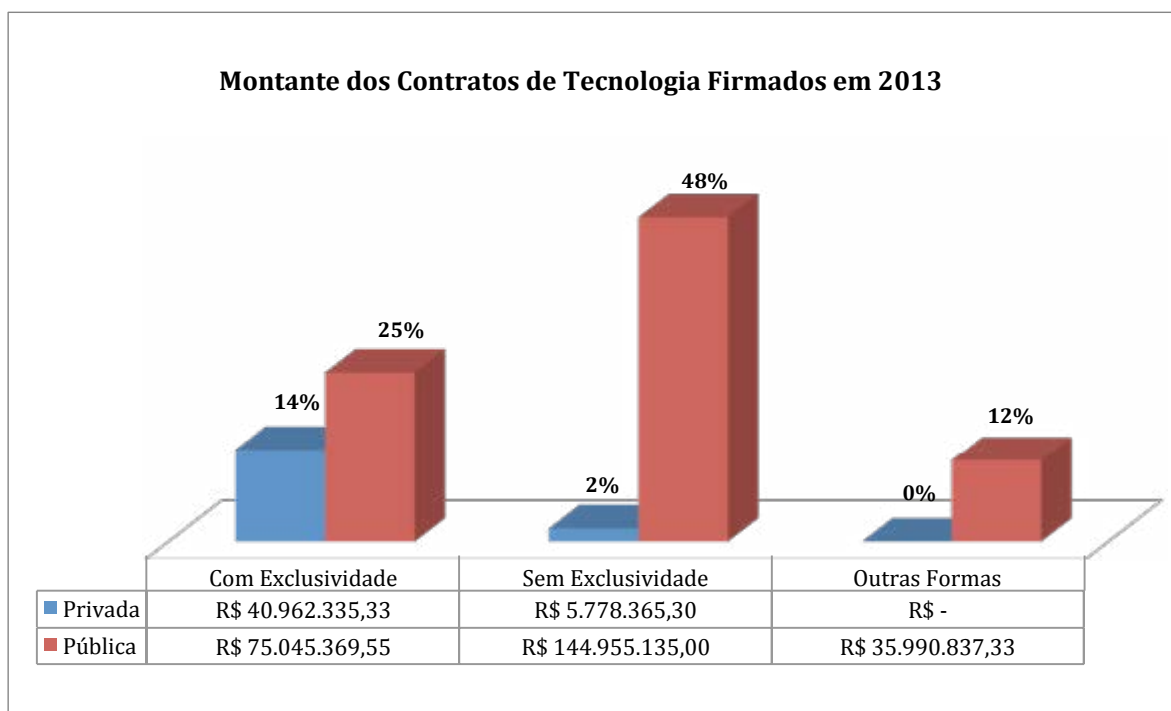


GRÁFICO 14 – MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA FIRMADOS EM 2013
FONTE: FORMICT/MCTI

6.3 Rendimentos Obtidos com Contratos de Tecnologia

Com relação aos rendimentos recebidos com os Contratos de Tecnologia, foram considerados os rendimentos referentes aos contratos firmados no Ano Base 2013 e que geraram recursos em 2013 ou que tenham sido firmados em anos anteriores, mas geraram recursos no ano de 2013.

As instituições públicas informaram que receberam aproximadamente R\$ 141,3 milhões de rendimentos relativos à transferência de tecnologia. Já as instituições privadas contabilizaram R\$ 44,2 milhões de rendimentos. No total, foram auferidos mais de R\$ 185,5 milhões de rendimentos.

No referente aos gastos que as instituições tiveram em 2013 com registros e manutenção de proteções de propriedade intelectual, as instituições públicas informaram o gasto de R\$ 4,8 milhões e as instituições privadas R\$ 1,1 milhão.

Tabela 17 - Rendimentos dos contratos e gastos com propriedade intelectual em 2013

Recursos	Valores (R\$)	
	Pública	Privada
Rendimentos no ano percebidos na transferência de tecnologia	141.327.264,25	44.232.640,30
Gastos com registros e manutenção da PI	4.808.439,65	1.106.368,86

Fonte: FORMICT/MCTI



7 Análise Comparativa 2010/2011/2012/2013

Neste capítulo será realizada uma análise comparativa das informações fornecidas pelas ICT nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. A comparação permite observar a evolução do preenchimento e os avanços recentes das instituições.

No período analisado, observou-se um crescimento do quantitativo de instituições que responderam o formulário, conforme demonstrado no Gráfico 15. No ano base 2013, verificou-se que 261 instituições preencheram o formulário, representando um crescimento de 35,2% em relação ao ano anterior.

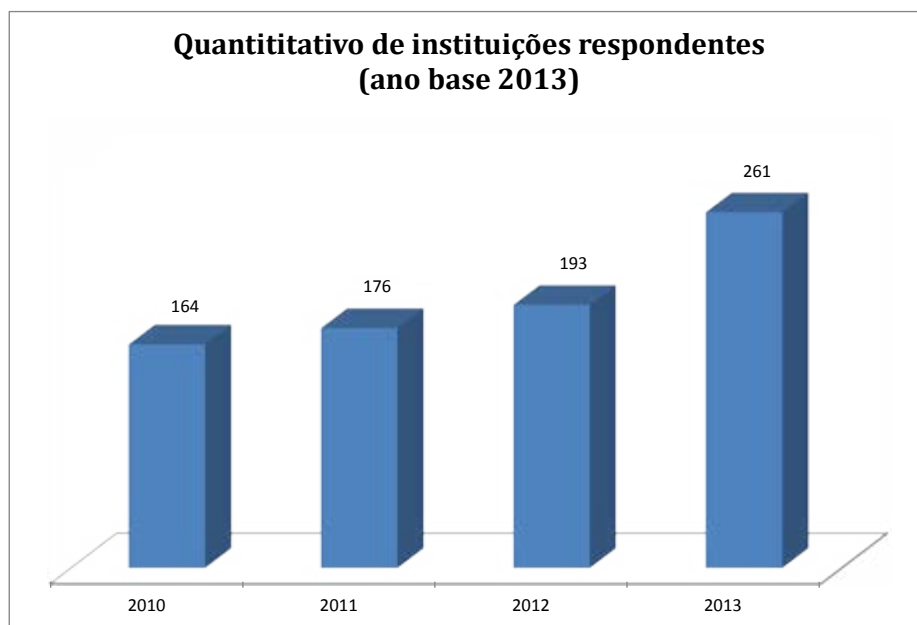


GRÁFICO 15 – COMPARATIVO DO QUANTITATIVO DE ICT QUE RESPONDERAM O FORMICIT
FONTE: FORMICIT/MCTI

Com relação à distribuição regional das ICT, em 2013 as alterações em relação ao ano anterior foram de poucos pontos percentuais, sendo que a Região Norte foi a que apresentou maior aumento na participação, passando de 8,3% para 10,7%, seguida da região Nordeste que passou de 19,2% para 19,5% e a Região Sul passou de 22,8% para 23,0%, a Região Sudeste decresceu 1,4% passando de 40,9% para 39,5% e a Região Centro-Oeste passou de 8,8% para 7,3%.

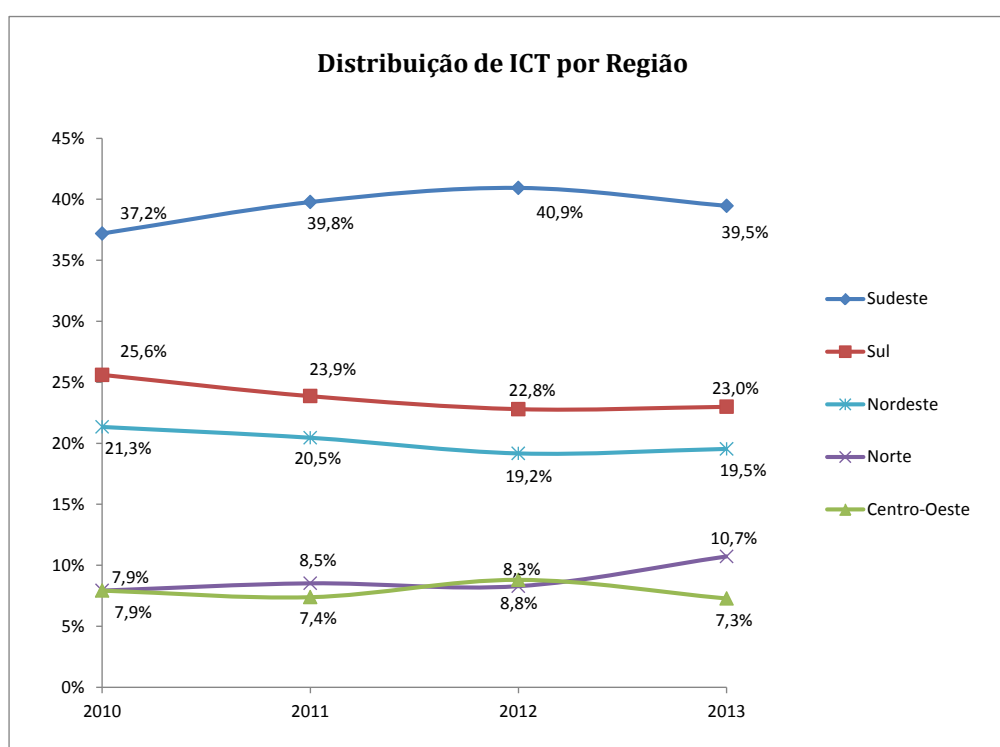


GRÁFICO 16 – COMPARATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DE ICT POR REGIÃO
FONTE: FORMICIT/MCTI

A implementação dos Núcleos de Inovação Tecnológica nas instituições vem crescendo a cada ano. Comparando os dados de 2013 com o ano anterior, observou-se um adicional de 25 instituições que informaram que os seus núcleos estão *Implementados*, um aumento de 27 instituições que estão *Em implementação* do NIT e o adicional de 16 instituições que se encontram na situação de NIT *Não Implementado*.

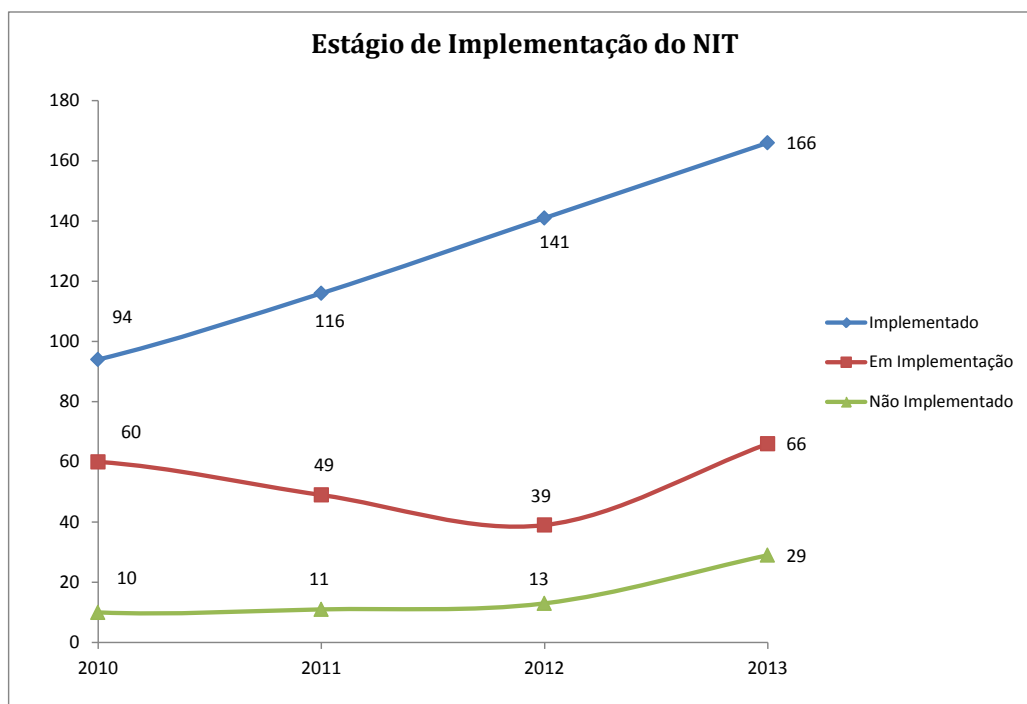


GRÁFICO 17 – COMPARATIVO DO ESTÁGIO DE IMPLEMENTAÇÃO DOS NIT
 FONTE: FORMICT/MCTI

No tocante à implementação da Política de Inovação, houve um crescimento de instituições que informaram que possuem documentos formais com diretrizes que norteiam a atuação da instituição nas ações ligadas à inovação. Em 2012, 68,9% das instituições informaram possuir política de inovação implementada. Já em 2013, este percentual foi de 69,3%.

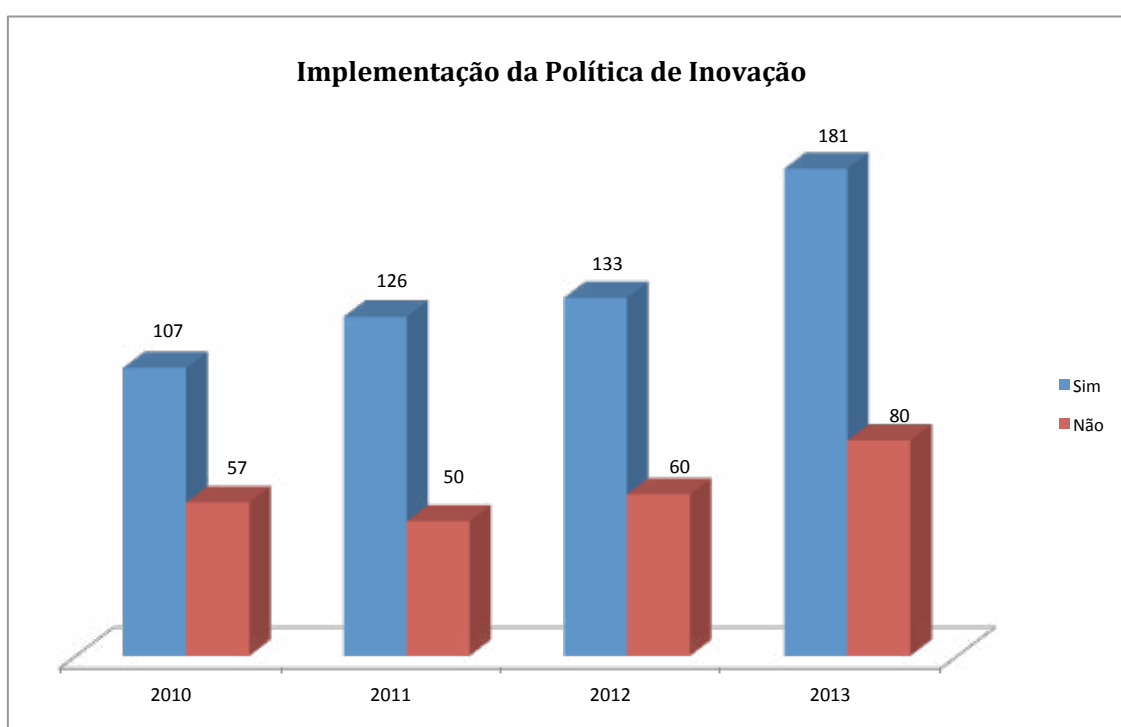


GRÁFICO 18 – COMPARATIVO DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO
 FONTE: FORMICT/MCTI

Comparando a quantidade de instituições que declararam possuir pedido de proteção de propriedade intelectual de 2013 em relação ao ano anterior, observou-se um adicional de 14 instituições que declaram possuir proteções intelectuais.

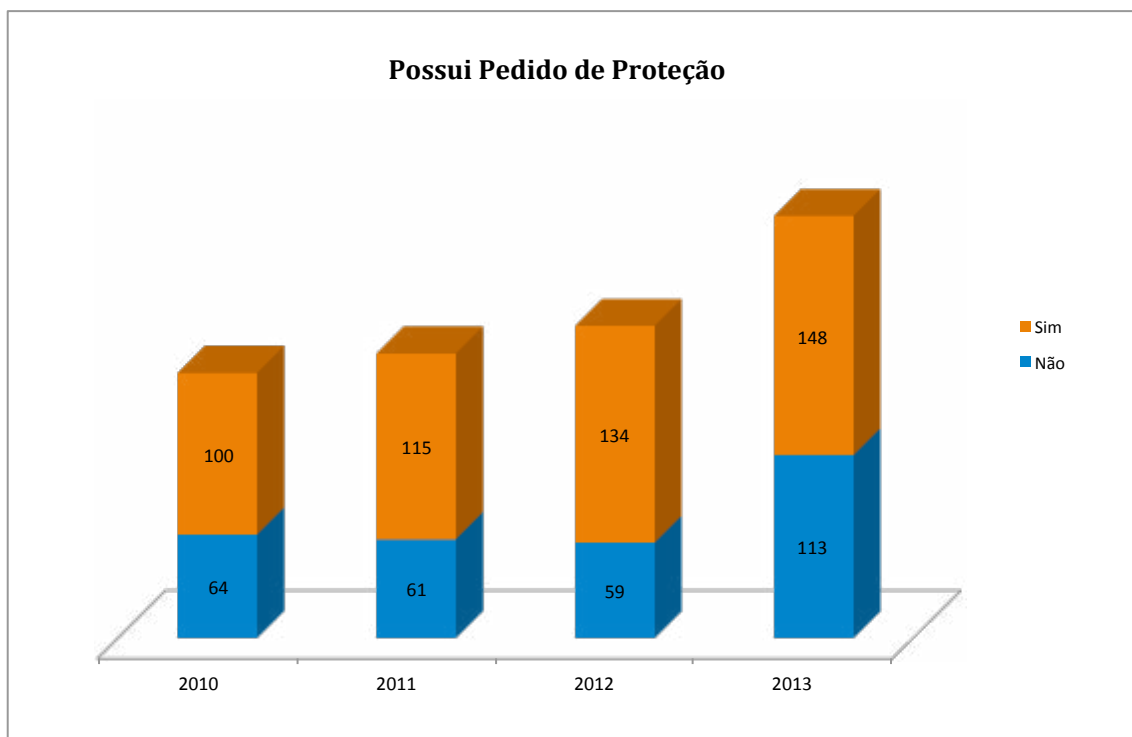


GRÁFICO 19 – COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES COM PEDIDO DE PROTEÇÃO
 FONTE: FORMICT/MCTI

Analisando as informações apresentadas, verificou-se que no ano base 2013 foram registrados 1901 pedidos requeridos, registrando a evolução de 7,5% em relação ao ano anterior. Com relação aos pedidos concedidos em 2013, houve um aumento de 64 pedidos em relação ao ano anterior.

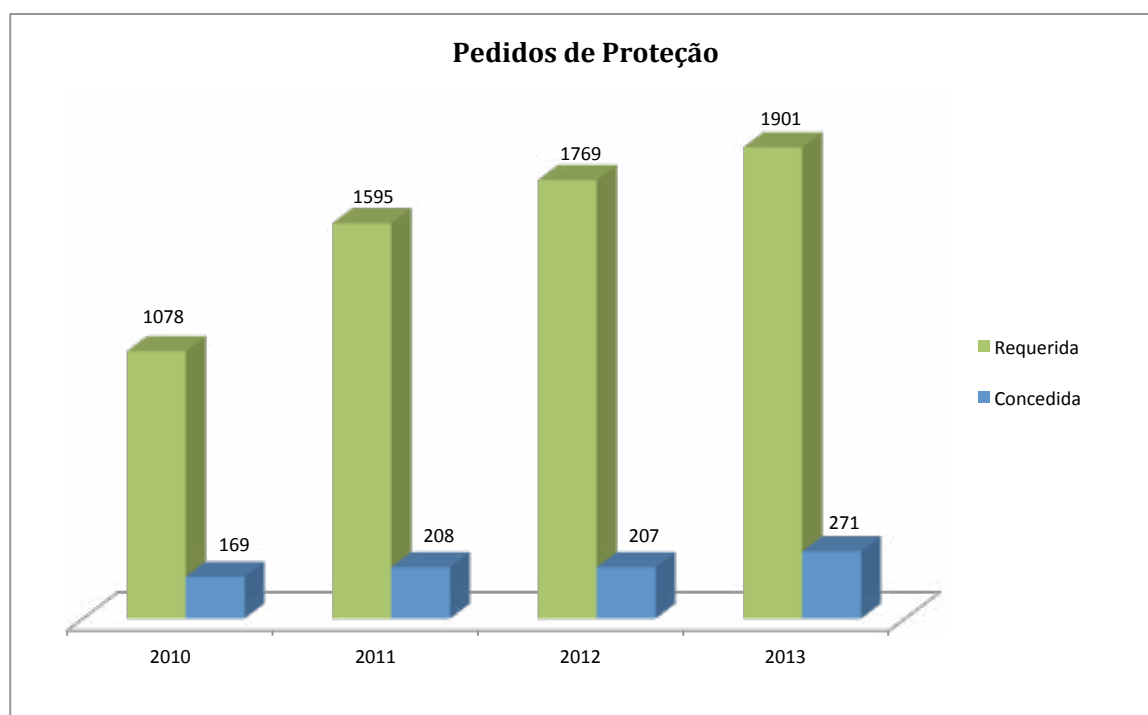


GRÁFICO 20 – COMPARATIVO DA QUANTIDADE DE PEDIDOS DE PROTEÇÃO
 FONTE: FORMICT/MCTI

O montante dos contratos de tecnologia tem crescido fortemente no período analisado. Observou-se que o montante de 2013 foi 6,1% superior ao de 2012, correspondendo ao acréscimo de R\$ 17,4 milhões.

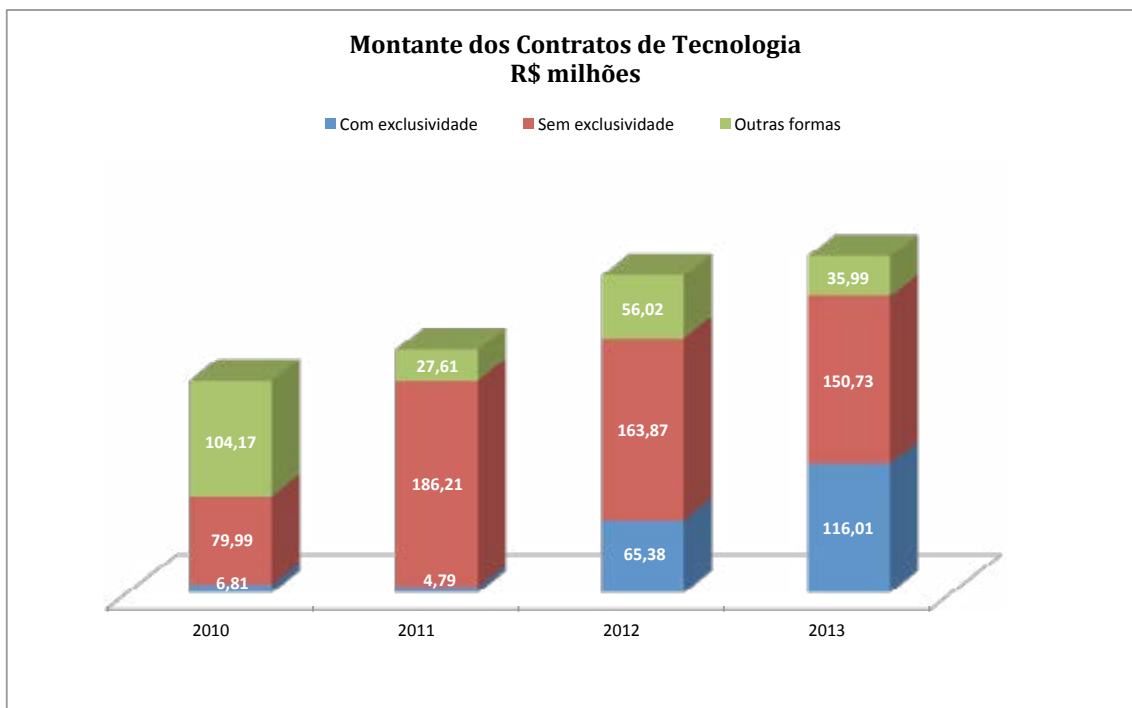


GRÁFICO 21 – COMPARATIVO DO MONTANTE DOS CONTRATOS DE TECNOLOGIA
FONTE: FORMICT/MCTI

8 Conclusão

A Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação) completa uma década da sua edição e a coleta de informações sobre sua implementação, por intermédio do Formict, permite inferir que a participação das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) no processo de proteção do conhecimento e contribuição para a inovação tem crescido sistematicamente. A missão das ICT tem evoluído para participarem ativamente na cadeia de inovação, colaborando para o desenvolvimento econômico e social do país.

Em 2014, houve um crescimento significativo no preenchimento do formulário relativo ao ano base 2013, tendo sido preenchido por 261 instituições (194 ICT e 67 instituições privadas), ou seja, um aumento de 35,2% na participação com relação ao ano anterior. Destaca-se ainda o preenchimento por todos os estados da federação, fornecendo uma visão mais completa sobre o panorama das diferentes regiões.

Nota-se a dificuldade de implementação de algumas atividades da Política de Inovação nas ICT, especialmente àquelas ligadas às flexibilidades do pesquisador, como com relação à colaboração em outra ICT ou para constituição de empresa.

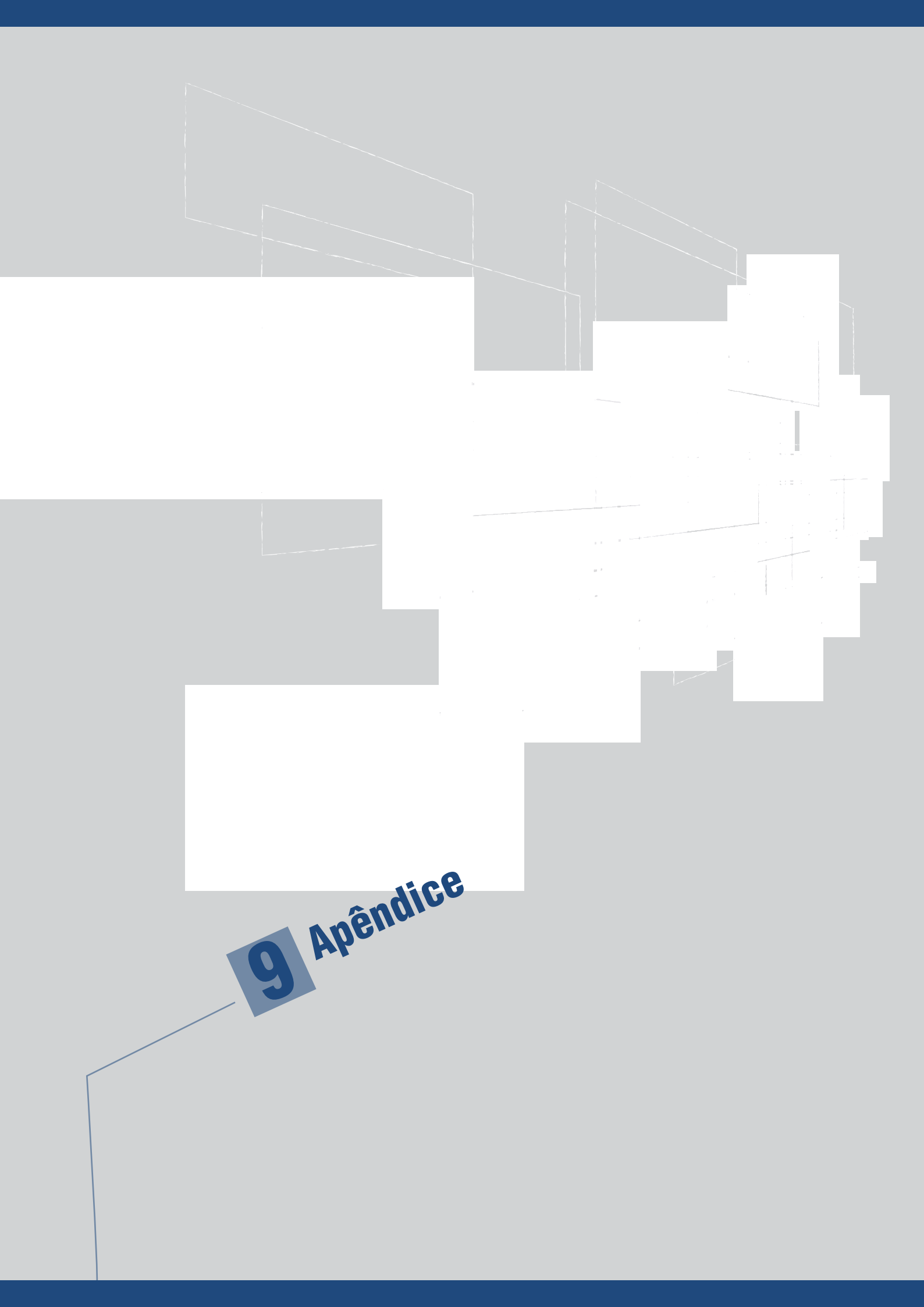
É possível perceber o crescimento anualmente do número de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) implementados, sendo 94 no ano base 2010, 116 em 2011, 141 em 2012 e 166 em 2013. No entanto, alcançar a totalidade da implementação dos NIT nas instituições públicas e consolidar aqueles já implementados ainda permanecem como desafios nesse processo, sendo a sustentabilidade dos NIT e a permanência de quadro qualificado umas das principais demandas dos gestores de inovação das ICT.

Destaca-se ao longo dos anos o aumento nos pedidos de proteção, representando os 1901 pedidos requeridos um incremento de 76,3%, nos últimos três anos (1078 pedidos no ano base 2010), mostrando que a proteção da propriedade intelectual tem entrado na agenda das ICT como elemento importante no processo de negociação das tecnologias.

Não houve crescimento no quantitativo de instituições que celebram contratos de tecnologia, no entanto, houve aumento tanto na quantidade dos contratos (1943 contratos), quanto no montante que eles representam (R\$ 302,7 milhões). Os contratos sem exclusividade representam o maior montante, provavelmente pela inexigibilidade de lançamento de edital prévio, conforme prevê a Lei de Inovação para aqueles contratos com exclusividade firmados pelas instituições públicas. O contrato que teve o maior montante foi Acordo de parceria de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com um montante de R\$ 122 milhões, evidenciando que o Contrato de licenciamento de direitos de propriedade intelectual não é a única forma de transferência do conhecimento, existindo outras modalidades igualmente relevantes que também poderão gerar rendimentos para a instituição.

Os rendimentos auferidos pelas ICT tiveram um acréscimo superior a 50% em relação ao ano base 2012, totalizando mais de R\$ 185,5 milhões de rendimentos, contra R\$ 121,8 milhões no ano anterior.

Os dados coletados pelo Formulário para Informações sobre a Política de Propriedade Intelectual das ICT do Brasil (Formict) têm sido relevantes para compreender a implementação da Lei de Inovação e compreender o papel das ICT no processo de inovação. As informações obtidas pelo Formict têm demonstrado os avanços anuais e também apontado para as oportunidades de aperfeiçoamento do processo.



9 Apêndice

Lista das instituições que preencheram o Formict ano base 2013

ICT	SIGLA	UF
AGÊNCIA PAULISTA DE TECNOLOGIA DOS AGRONEGÓCIOS	APTA	SP
ASSOC. SULRIOGRANDENSE DE APOIO AO DES. DE SOFTW.	SOFTSUL	RS
ASSOCIAÇÃO CIDADE DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO	CITÉ	SP
ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO	UNAERP	SP
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO	ITEP/OS	PE
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO NACIONAL DE MATEMATICA PURA E	IMPA	RJ
CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS/NIT-RIO	CBPF/NIT-Rio	RJ
CENTRO DE ANÁLISES DE SISTEMAS NAVAIS	CASNAV	RJ
CENTRO DE AVALIAÇÕES DO EXÉRCITO	CAEx	RJ
CENTRO DE COMUNICAÇÕES E GUERRA ELETRÔNICA DO EXÉR	CCOMGEX	DF
CENTRO DE HIDROGRAFIA DA MARINHA	CHM	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	CTI Renato Archer	SP
CENTRO DE TECNOLOGIA EM DUTOS - CTDUT	CTDUT	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIA MINERAL	CETEM	RJ
CENTRO DE TECNOLOGIAS DO GÁS E ENERGIAS RENOVÁVEIS	CTGAS-ER	RN
CENTRO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS DO NORDESTE	CETENE	PE
CENTRO ESTADUAL DE EDUC. TECNOLÓGICA PAULA SOUZA	CEETEPS	SP
CENTRO FED. DE EDUC. TEC. CELSO SUCKOW DA FONSECA	CEFET/RJ	RJ
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MG	CEFET-MG	MG
CENTRO INTEGRADO DE TELEMÁTICA DO EXÉRCITO	CITEx	DF
CENTRO NACIONAL DE PESQUISA EM ENERGIA E MATERIAIS	CNPEM	SP
CENTRO TECNOLÓGICO DA MARINHA EM SÃO PAULO	CTMSP	SP
CENTRO TECNOLÓGICO DO CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS	CTecCFN	RJ
CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO	CTEx	RJ
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ITAJUBÁ	FEPI	MG
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS	UNIFIMES	GO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOTUPORANGA	UNIFEV	SP
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO ESTADO DO PARÁ	CESUPA	PA
CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS	CEULP	TO
CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	UniRitter	RS
CEOSP - CENTRO DE PESQUISAS EM BIONANOTECNOLOGIA	CEOSP Nanotec	SC
CIRCULO DOS TRABALHADORES CRISTÃOS DO EMBARÉ	CTCE - UNICASTELO	SP
CITS - CENTRO INTERNACIONAL DE TECNOL. DE SOFTWARE	CITS	PR
COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR	CNEN	RJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL	DCTA	SP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO EXÉRCITO	DCT	DF
DIRETORIA DE FABRICAÇÃO	DF	RJ
EMBRAPA AMAZÔNIA ORIENTAL	CPATU	PA
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	Embrapa	DF
EMPRESA DE PESQ. AGROPEC. E EXT. RURAL DE S.C.	EPAGRI	SC
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DE MINAS GERAIS	EPAMIG	MG
ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA	EBMSP	BA
FACENS- FACULDADE DE ENGENHARIA DE SOROCABA: IPEAS	IPEAS	SP
FACULDADES CATÓLICAS / PUC-RIO	PUC-Rio	RJ
FLEXTRONICS INSTITUTO DE TECNOLOGIA	FIT	SP
FUND. CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTADUAL DA ZONA OESTE	UEZO	RJ

FUND. VALE DO TAQUARI DE EDUC. E DESENV. SOCIAL	FUVATES	RS
FUNDAÇÃO CENTRO DE ANÁL. PESQ. E INOV. TECNOLÓGICA	FUCAPI	AM
FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG	Fundação Hemominas	MG
FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS/CETEC	CETEC	MG
FUNDAÇÃO CERTI	CERTI	SC
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONA	FAPEAM	AM
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO ESTADO DO RN	FAPERN	RN
FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - CIENTEC	CIENTEC	RS
FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE PASSOS	FESP	MG
FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ - UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	UNIFOR	CE
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE	UNIVILLE	SC
FUNDAÇÃO EZEQUIEL DIAS	FUNED	MG
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS	FHEMIG	MG
FUNDAÇÃO INSTITUTO PÓLO AVANÇADO DA SAÚDE DE RP	FIPASE	SP
FUNDAÇÃO NÚCLEO DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL DO CEARÁ	NUTEC	CE
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ	FIOCRUZ	RJ
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU - PTI BRASIL	PTI	PR
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	FUB	DF
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUA	AM
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	FUnC	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA	UDESC	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS	UNITINS	TO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	UNIVALI	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SU	UFMS	MS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPeI	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	RO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCar	SP
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	AP
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	RS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	UFT	TO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	FURB	SC
FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CARDIOLOGIA	FUC	RS
FUNDAÇÃO VALEPARAIBANA DE ENSINO	FVE/UNIVAP	SP
HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE	HCPA	RS
HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS	HNMD	RJ
INST. FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	IF BAIANO	BA
INST. FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SP	IFSP	SP
INST. FEDERAL EDUC, CIENC E TEC RJ - IFRJ	IFRJ	RJ
INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ	IAPAR	PR
INSTITUTO ÁRVORE DA VIDA	IAV	SP
INSTITUTO BUTANTAN	IB	SP
INSTITUTO CAPIXABA DE PESQ. ASSIST. TÉC. EXT.RURAL	INCAPER	ES
INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO	Instituto CENTEC	CE
INSTITUTO DE AÇÃO TECNOLÓGICA	IATdi	SP
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ	IDSMM	AM
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE	IFAC	AC
INSTITUTO DE ESTUDOS DO MAR ALMIR. PAULO MOREIRA	IEAPM	RJ
INSTITUTO DE PESQUISAS DA MARINHA	IPqM	RJ

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESP	IPT	SP
INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ	TECPAR	PR
INSTITUTO DE TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO	Institutos Lactec	PR
INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METOD	IEP	SP
INSTITUTO FED DE EDUC, CIÊNC. E TECNOL.DE RORAIMA	IFRR	RR
INSTITUTO FED. DE EDUC. CIÊNCIA E TEC. DE BRASÍLIA	IFB	DF
INSTITUTO FED. DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TEC. DA BAHIA	IFBA	BA
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	IFC	SC
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA	IFPB	PB
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	IFAL	AL
INSTITUTO FEDERAL DE E C E T FARROUPILHA	IFFarroupilha	RS
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFSudesteMG	MG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFAP	AP
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO PARÁ	IFPA	PA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGI	IF SERTÃO-PE	PE
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRN	RN
INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS	IFG	GO
INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	IFMS	MS
INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO	IFPE	PE
INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA	IFRO	RO
INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IF-SC)	IF-SC	SC
INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE - IFS	IFS	SE
INSTITUTO FEDERAL DE TOCANTINS	IFTO	TO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS	IFAM	AM
INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ	IFCE	CE
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	IFES	ES
INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	IFMA	MA
INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS	IFNMG	MG
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	IFPR	PR
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ	IFPI	PI
INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	IFRS	RS
INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS	IFSULDEMINAS	MG
INSTITUTO FEDERAL EDUC, CIÊNCIA, TEC. FLUMINENSE	IFFluminense	RJ
INSTITUTO FEDERAL GOIANO	IF Goiano	GO
INSTITUTO FEDERAL MINAS GERAIS	IFMG	MG
INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	IFSul	RS
INSTITUTO LAURO DE SOUZA LIMA	ILSL	SP
INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA	IME	RJ
INSTITUTO NAC. METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA	INMETRO	RJ
INSTITUTO NACINAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA - INPA	INPA	AM
INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS	INPE	SP
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA	INT	RJ
INSTITUTO PASTEUR	IP	SP
INSTITUTO PLYSIA	I.A.	ES
INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ	IRGA	RS
INSTITUTO SINTEF DO BRASIL	SINTEF	RJ
INSTITUTO STELA	STELA	SC
INSTITUTO SUPERIOR DE TEOLOGIA APLICADA	INTA	CE
INSTITUTO VITAL BRAZI SA	IVB	RJ
INSTITUTO FED DE ED CIÊNCIA E TEC DO TRIANG MINEI	IFTM	MG

LABORATÓRIO FARMACÊUTICO DA MARINHA	LFM	RJ
LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA	LNA/MCTI	MG
LABORATÓRIO NACIONAL DE COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA	LNCC	RJ
MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS	MAST	RJ
MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI	MPEG	PA
NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DA UFTM	NIT UFTM	MG
NUCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA SENAI AM	NIT SENAI AM	AM
OBSERVATÓRIO NACIONAL	ON	RJ
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC-Campinas	SP
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC Minas	MG
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUCPR	PR
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RS	PUCRS	RS
SANTA MÔNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Santa Mônica Indústria e Comércio LTDA	RJ
SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA MB	SecCTM	DF
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	SENAI BA	BA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - RS	SENAI/RS	RS
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SC	SENAI-SC	SC
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SP	SENAI/SP	SP
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL DR-CE	SENAI/CE	CE
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL PARANÁ	SENAI PR	PR
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL RJ	SENAI-RJ	RJ
SOCIEDADE EDUCACIONAL DE SANTA CATARINA - SOCIESC	SOCIESC	SC
UEMS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	MS
UNIV. DA INTEG. INTERN. DA LUSO. AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	CE
UNIV. FED. DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	UFVJM	MG
UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO	UNIAN-SP	SP
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UCB	DF
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	UNICAP	PE
UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO	UCDB	MS
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	UNOCHAPECÓ	SC
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	RS
UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	UPE	PE
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	RS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	USP	SP
UNIVERSIDADE DE SOROCABA	Uniso	SP
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ	UNITAU	SP
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	BA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	UNEMAT	MT
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	UEMG	MG
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ	UEA	AM
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	UEPA	PA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	RJ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	RN
UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	UNESC	SC
UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	UNOESC	SC
UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	Unisul	SC
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	RS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA	UEPB	PB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	UNEAL	AL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS	UNEAL	AL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	SP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAG	UNCISAL	AL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA	UEFS	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	MG
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	UEPG	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA	UERR	RR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ	UESC	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	CE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO	UNICENTRO	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	MA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE	UENF	RJ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	PR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	RS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA	UESB	BA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA	UNESP	SP
UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ	UVA	CE
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	UFFS	SC
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	MS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICAN	UNILA	PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	PB
UNIVERSIDADE FEDERAL DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE DE POA	UFCSPA	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	AL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG	UNIFAL-MG	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG	NITT/UFCG	PB
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	GO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ	UNIFEI	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS	UFLA	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	MT
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	UFOP	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	RR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	SC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ	UFSJ	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	SE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC	UFABC	SP
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	CE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	ES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UNIRIO	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	MA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UFOPA	PA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	Agência de Inovação - UNIVERSITEC	PA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	PR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI	UFPI	PI
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	BA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	RN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	RS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ	Unifesspa	PA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	PE
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	RJ
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO	UFERSA	RN
UNIVERSIDADE FEEVALE	Feevale	RS
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	CE
UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS	UNIJUÍ	RS
UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	UTFPR	PR

